

# 44

## ESTUDOS DA CENTRAL DE BALANÇOS



ANÁLISE DAS EMPRESAS  
DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES

AGO. 2020



BANCO DE  
PORTUGAL  
EUROSISTEMA



44

ESTUDOS DA CENTRAL  
DE BALANÇOS

ANÁLISE DAS EMPRESAS  
DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES

AGO. 2020



**BANCO DE PORTUGAL**  
EUROSYSTEM

Lisboa, 2020 • [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt)



# Nota prévia

A presente análise baseia-se nos dados recolhidos através da Informação Empresarial Simplificada (IES) e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal. Através da IES as empresas cumprem as obrigações de declaração das contas anuais perante os Ministérios das Finanças e da Justiça, o Banco de Portugal e o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Para esta análise utilizaram-se os dados da IES de 2018, os mais recentes à data desta publicação. A IES é normalmente reportada no prazo máximo de seis meses e meio após o fim do exercício económico, o que corresponde, para a maioria das empresas residentes em Portugal, ao dia 15 de julho do ano seguinte ao de referência dos dados.

A informação reportada pelas empresas na IES é objeto de um processo de controlo de qualidade no Banco de Portugal que visa, essencialmente, assegurar a coerência e a integridade da informação estatística no exercício económico, assim como a consistência temporal dos principais agregados.

Para além da informação obtida através da IES, esta publicação incorpora informação complementar relativa ao financiamento das empresas em Portugal, disponível a partir de outras bases de dados geridas pelo Banco de Portugal. A informação da Central de Responsabilidades de Crédito permite caracterizar uma parte significativa dos passivos das empresas portuguesas, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor financeiro residente. Foram incorporados neste estudo dados da Central de Responsabilidades de Crédito relativos ao período compreendido entre dezembro de 2014 e dezembro de 2019.



# Sumário

Neste estudo, o Banco de Portugal analisa as empresas com sede na Região Autónoma dos Açores.

Em 2018, tinham sede na Região Autónoma dos Açores 6 mil empresas, o correspondente a 1,3% das sociedades não financeiras a operar em Portugal. Estas empresas eram responsáveis por 1,2% do volume de negócios das empresas portuguesas (4,7 mil milhões de euros) e 1,4% das respetivas pessoas ao serviço (43 mil pessoas).

Os serviços (comércio e outros serviços) representavam 79% das empresas da região e agregavam 68% do volume de negócios e 66% do número de pessoas ao serviço (75%, 61% e 64% no total das empresas, respetivamente).

Cerca de 86% das empresas sediadas na Região Autónoma dos Açores eram microempresas (89% no total das empresas). As pequenas e médias empresas, representativas de 14% das empresas desta região, eram responsáveis por 60% do volume de negócios e 57% das pessoas ao serviço.

Por classes de maturidade, a estrutura das empresas da região era similar à observada no total das empresas: 56% das empresas em atividade tinham menos de 10 anos (55% no total das empresas).

Em 2018, 3% das empresas da Região Autónoma dos Açores realizaram exportações e 1% dessas empresas integravam o setor exportador. Este setor assumia menor relevo face ao registado no total das empresas: em 2018, 8% do volume de negócios das empresas da região foi gerado por empresas ligadas ao setor exportador, valor que compara com 35% no total das empresas. Entre 2014 e 2018, o peso do setor exportador aumentou marginalmente na região, ainda que o volume de negócios gerado por estas empresas tenha diminuído 2 pp no mesmo período.

O número de empresas em atividade nesta região aumentou 1,2% entre 2017 e 2018, crescimento inferior ao observado no total das empresas (3,1%). Esta situação verificou-se pelo terceiro ano consecutivo.

O volume de negócios das empresas da Região Autónoma dos Açores aumentou 5,6% em 2018, valor abaixo do observado pelo total das empresas (6,5%). A subida do volume de negócios foi determinada, essencialmente, pelo mercado interno, com as exportações a representarem 4% do volume de negócios na região.

Entre 2017 e 2018, os gastos da atividade operacional das empresas da Região Autónoma dos Açores aumentaram 6% (7% no total das empresas). O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) era a principal componente dos gastos da atividade operacional das empresas da região (61%), seguindo-se os fornecimentos e serviços externos (FSE) (23%) e os gastos com o pessoal (16%).

Em 2018, o EBITDA gerado pelas empresas da região diminuiu pelo segundo ano consecutivo (2%). A rentabilidade dos capitais próprios das empresas foi de 4%, valor inferior ao registado no total das empresas (8%).

A autonomia financeira das empresas da Região Autónoma dos Açores ascendeu a 38% (35% no total das empresas), em 2018. Cerca de 23% das empresas da região apresentava capitais próprios negativos (26% no total das empresas).

A dívida remunerada representava 59% do passivo das empresas da Região Autónoma dos Açores (53% no total das empresas). Os empréstimos bancários correspondiam à maior parcela da dívida remunerada e assumiam particular destaque ao representarem 70% da dívida remunerada das respetivas empresas.

Entre 2017 e 2018, o passivo das empresas da Região Autónoma dos Açores aumentou 3% (1% no total das empresas), subida determinada, em maior medida, pelo acréscimo da dívida remunerada das empresas da região (7%).

No mesmo período, os gastos de financiamento diminuíram, em média, 2% (10% no total das empresas). O rácio de pressão financeira registado na região praticamente não se alterou, situando-se em 15%.

Segundo a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, no final de 2019, a Região Autónoma dos Açores agregava 2% dos empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente às empresas portuguesas. O rácio de empréstimos vencidos era de 2,7% (4,7% no total das empresas), valor inferior em 5,2 pp ao observado no final de 2014.

Em 2018, o financiamento por créditos comerciais representava 17% do passivo das empresas da região (percentagem similar no total das empresas). No entanto, o financiamento líquido por dívida comercial era negativo, equivalente a 1% do volume de negócios das empresas.

# Índice

Nota prévia | **3**

Sumário | **5**

## I Análise das empresas da Região Autónoma dos Açores | **9**

**1** Introdução | **11**

**2** Estrutura e demografia | **14**

**2.1** Estrutura | **14**

**2.2** Demografia | **22**

**3** Análise económica e financeira | **24**

**3.1** Atividade e rendibilidade | **24**

**Caixa 1** • A relevância do mercado externo para a Região Autónoma dos Açores | **27**

**Caixa 2** • Análise DuPont da rendibilidade dos capitais próprios | **35**

**3.2** Situação financeira | **40**

**Caixa 3** • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente | **44**

## II Anexo | **51**

**1** Síntese metodológica | **53**

Siglas e acrónimos | **56**

Referências | **57**

Estudos da Central de Balanços | **58**

---



---

# I Análise das empresas da Região Autónoma dos Açores

1 Introdução

2 Estrutura e demografia

3 Análise económica e financeira



# 1 Introdução

O presente estudo apresenta uma avaliação da situação económica e financeira das empresas<sup>1</sup> da **Região Autónoma dos Açores**, tendo por base a informação da Central de Balanços do Banco de Portugal<sup>2</sup>. Este é o quarto estudo de uma série de análises regionais que procurará cobrir a totalidade do território nacional, tendo por base a sua desagregação atendendo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS)<sup>3</sup>.

Os resultados apresentados complementam os dados agregados sobre empresas não financeiras apurados igualmente a partir da Central de Balanços e divulgados nas publicações estatísticas do Banco de Portugal<sup>4</sup>.

A região à qual pertencem as empresas é identificada com referência à localização da respetiva sede, tal como consta no universo de referência das sociedades não financeiras do Banco de Portugal<sup>5</sup>, independentemente da existência de estabelecimentos localizados noutras regiões do país ou mesmo no estrangeiro.

<sup>1</sup> Por uma questão de simplificação utilizam-se neste estudo as expressões “empresa” e “sociedade” de forma indiferenciada; ambas as expressões são referentes às empresas que integram o setor institucional das sociedades não financeiras (SNF). O setor das SNF constitui um dos setores institucionais da economia. A setorização institucional dos agentes económicos é efetuada de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (SEC 2010), aprovado pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho através do Regulamento n.º 549/2013, de 21 de maio. O SEC 2010 constitui o referencial harmonizado sobre a metodologia de compilação e prazo de disponibilização das contas nacionais dos países da União Europeia, incluindo estatísticas sob a responsabilidade do Banco de Portugal. As séries em estudo têm subjacente a delimitação do universo SEC 2010. Tendo por base o normativo das contas nacionais, os empresários em nome individual (ENI) estão incluídos no setor institucional dos particulares. Desta forma, todos os dados apresentados neste estudo para o setor das SNF excluem os ENI (representativos de cerca de dois terços do número de empresas em Portugal, mas de apenas 5% do respetivo volume de negócios). Foram ainda excluídas da presente análise as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

<sup>2</sup> A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma base de dados com informação económica e financeira sobre as SNF em Portugal. A informação baseia-se nos dados contabilísticos anuais comunicados no âmbito da Informação Empresarial Simplificada (IES) e nos dados contabilísticos trimestrais reportados pelas empresas através do Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras (ITENF). Os dados anuais cobrem a quase totalidade das SNF e os dados trimestrais cobrem cerca de quatro mil empresas, representativas de 50% do volume de negócios do setor. A informação apresentada neste estudo reflete, essencialmente, dados recolhidos através da IES e tratados pela Central de Balanços do Banco de Portugal, incorporando ainda uma parcela estimada para a não-resposta à IES. São adicionalmente consideradas, em alguns casos, formas alternativas de apresentação dos indicadores económico-financeiros agregados das empresas, que podem resultar em diferenças face a elementos apresentados em outros produtos estatísticos produzidos com base em informação da Central de Balanços, tendo em vista uma leitura mais ajustada ao fenómeno em estudo. Para mais detalhe relativamente à atividade da Central de Balanços, podem ser consultados os *Suplementos ao Boletim Estatístico 1/2008 – Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços* e *2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas* e o *Estudo da Central de Balanços 36 – Quadros do setore quadros da empresa e do setor*, de fevereiro de 2019.

<sup>3</sup> A situação das empresas da Região Autónoma dos Açores, assim como das restantes regiões portuguesas (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve e Região Autónoma da Madeira), foi analisada pela primeira vez no *Estudo da Central de Balanços 31 – Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016*, de abril de 2018.

<sup>4</sup> As estatísticas da Central de Balanços são publicadas no *Boletim Estatístico* do Banco de Portugal (Capítulos A e G) e nos Quadros do Setor, ambos disponíveis no *site* do Banco de Portugal. São igualmente disponibilizadas no *BPstat*, sob o domínio “Empresas da central de balanços”.

<sup>5</sup> O universo de referência das sociedades não financeiras é uma base de dados que integra, para todas as empresas não financeiras residentes em Portugal, um conjunto de informação estrutural (NIPC, setor de atividade, localização da sede, entre outras) e conjuntural (volume de negócios anual,

A análise incide essencialmente sobre o período 2014-2018 e tem por base os dados reportados através da Informação Empresarial Simplificada (IES). O ano de 2019 é mencionado sempre que existe informação relativa a este período, como acontece no caso da análise relativa ao financiamento por empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente, efetuada com base nos dados da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

Para alguns indicadores selecionados, é desagregado o diferencial registado entre o valor agregado da Região Autónoma dos Açores e o valor relativo ao total das empresas. Decompõe-se a diferença no efeito resultante da diferente composição setorial e no efeito decorrente das características intrínsecas das empresas, de acordo com a metodologia definida pelo Banco Central Europeu (2017)<sup>6</sup>.

A análise inicia-se, no Capítulo 2, com uma caracterização das empresas da Região Autónoma dos Açores. É apresentada a estrutura da região por setores de atividade económica e detalhada a respetiva especialização setorial. É ainda descrita a estrutura das empresas da região por classes de dimensão e de maturidade e apresentada informação sobre a demografia empresarial.

No Capítulo 3, analisa-se a evolução recente da atividade das empresas desta região e procura-se determinar em que medida esta se reflete nas rendibilidades obtidas. Para tal, decompõem-se os efeitos que influem sobre estas rendibilidades, entre as componentes operacional e financeira da atividade das empresas. Na Caixa 1, “A relevância do mercado externo para a Região Autónoma dos Açores” é analisado o peso do setor exportador nas empresas da região, bem como o contributo do mercado externo para a evolução do respetivo volume de negócios. Na Caixa 2, “Análise DuPont da rendibilidade dos capitais próprios” é apresentada uma análise da rendibilidade dos capitais próprios atendendo a um conjunto de fatores explicativos obtidos a partir da Análise DuPont<sup>7</sup> para a decomposição deste indicador. Na Caixa 3, “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente”, são fornecidos detalhes sobre a dívida remunerada das empresas da região, nomeadamente no que respeita aos empréstimos concedidos pelo setor bancário residente.

Neste estudo são explorados os dados microeconómicos, cuja análise permite detalhar o comportamento da generalidade das empresas da região. Para esse efeito, são referidos ocasionalmente indicadores baseados na distribuição dos valores individuais das empresas, que fornecem medidas isentas das distorções que os valores agregados podem apresentar pela eventual presença de dados extremos. Analisam-se também os contributos dos setores de atividade económica e classes de dimensão para a determinação dos resultados agregados da região.

Nesta publicação, são comparados os resultados obtidos para a Região Autónoma dos Açores com os do total das empresas em Portugal. Para um maior detalhe sobre o total das empresas,

total do ativo, pessoas ao serviço e capital social). O *Suplemento ao Boletim Estatístico 2/2013 – Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas* contém informação detalhada sobre as fontes de informação da Central de Balanços.

<sup>6</sup> O diferencial entre o valor de um rácio numa dada região e o seu valor para o total das empresas pode decompor-se entre o efeito da componente intrínseca (efeito intrínseco – associado ao facto de as empresas de região apresentarem determinadas características que fazem com que se diferenciem da globalidade das empresas nos níveis dos indicadores analisados) e o efeito da composição estrutural do mesmo (efeito de composição – associado à composição setorial de cada região e à forma como estas estruturas condicionam os valores dos respetivos indicadores agregados). A metodologia utilizada encontra-se detalhada no estudo do Banco Central Europeu *Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups*, de maio de 2017.

<sup>7</sup> A Análise DuPont é amplamente referida na literatura sobre análise financeira das empresas, podendo ser consultada, por exemplo, em Ross et. al. (2010) e Brandão (2003). No presente estudo, a decomposição da rendibilidade dos capitais próprios efetuada procura explicitar as três componentes principais da decomposição de DuPont: rendibilidade das vendas, eficiência na utilização dos ativos e aversão financeira. Importa notar, no entanto, que esta decomposição permite a adoção de outras formulações através da expansão da componente associada à rendibilidade das vendas, contemplando rácios que permitam captar, por exemplo, os efeitos associados à rendibilidade operacional, aos gastos de financiamento e ao imposto sobre o rendimento do exercício.

pode ser consultado o *Estudo da Central de Balanços n.º 40 – Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018*, de novembro de 2019.

No *site* do Banco de Portugal estão disponíveis, em ficheiro Excel, as séries estatísticas analisadas. Na área “Empresas” do *site* do Banco de Portugal, cada empresa pode obter o seu Quadro da Empresa e do Setor. Esta informação permite à empresa comparar a sua situação económica e financeira com a das restantes empresas do mesmo setor de atividade e classe de dimensão, atendendo a um vasto conjunto de indicadores. No *site* do Banco de Portugal é ainda possível a qualquer utilizador aceder aos Quadros do Setor, os quais permitem obter informação agregada para o mesmo conjunto de indicadores relativamente a qualquer setor de atividade e classe de dimensão.

## 2 Estrutura e demografia

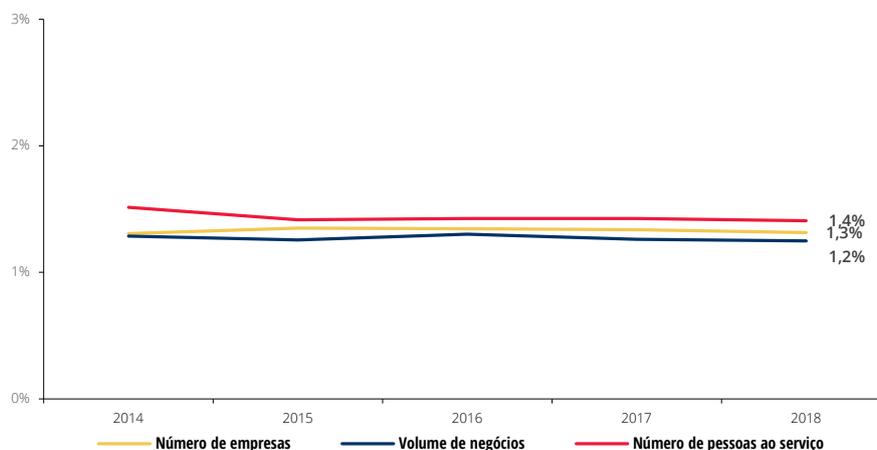
As empresas com sede na Região Autónoma dos Açores representavam 1,3% das sociedades não financeiras em Portugal. A região era constituída maioritariamente por microempresas. As pequenas e médias empresas agregavam as maiores percentagens do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço. Os serviços (comércio e outros serviços) representavam a maioria das empresas, do volume de negócios e do número de pessoas ao serviço das empresas da região. As empresas com menos de 10 anos de atividade eram as mais preponderantes.

O número de empresas em atividade na Região Autónoma dos Açores aumentou em 2018. Esse crescimento foi inferior ao observado no total das empresas, pelo terceiro ano consecutivo.

### 2.1 Estrutura

Em 2018, tinham sede na Região Autónoma dos Açores 6 mil empresas, ou seja, o equivalente a 1,3% das sociedades não financeiras a operar em Portugal. As empresas da região foram responsáveis por 1,2% do volume de negócios (4,7 mil milhões de euros) e agregavam 1,4% das pessoas ao serviço das empresas portuguesas (43 mil pessoas) (Gráfico I.2.1).

**Gráfico I.2.1 • Peso da Região Autónoma dos Açores no total das empresas**



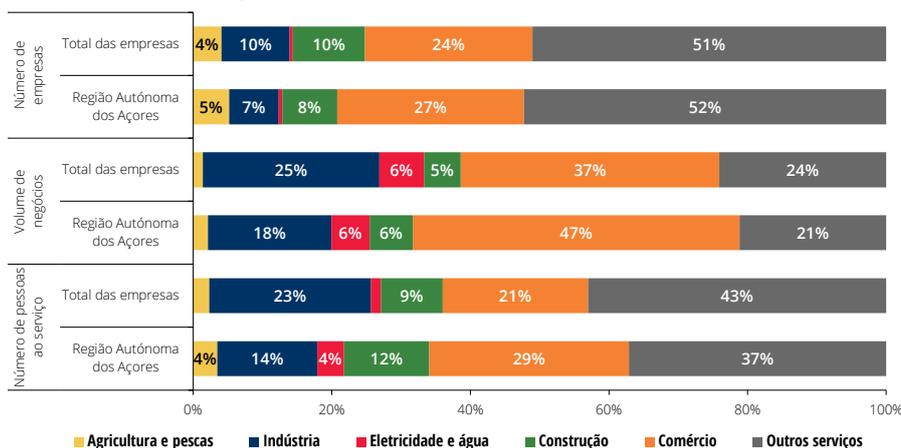
A relevância das empresas da Região Autónoma dos Açores no total das empresas praticamente não se alterou entre 2014 e 2018. No mesmo período, o peso das empresas da região no total das empresas diminuiu marginalmente tendo em conta o número de pessoas ao serviço.

#### 2.1.1 Por setores de atividade económica

##### Estrutura

Cerca de 79% das empresas da Região Autónoma dos Açores pertenciam ao setor dos serviços (comércio e outros serviços) em 2018. Este setor agregava 68% do volume de negócios e 66% do número de pessoas ao serviço (Gráfico I.2.2). Destaca-se o peso dos outros serviços no número de empresas sediadas na região (52%) e no número de pessoas ao serviço (37%), em particular das atividades ligadas ao alojamento, restauração e similares (secção I da CAE-Rev.3), que agregavam 15% das empresas da região e 13% das pessoas ao serviço. Já o comércio era responsável pela maior percentagem do volume de negócios (47%).

Gráfico I.2.2 • Estruturas | Por setores de atividade económica (2018)<sup>8</sup>

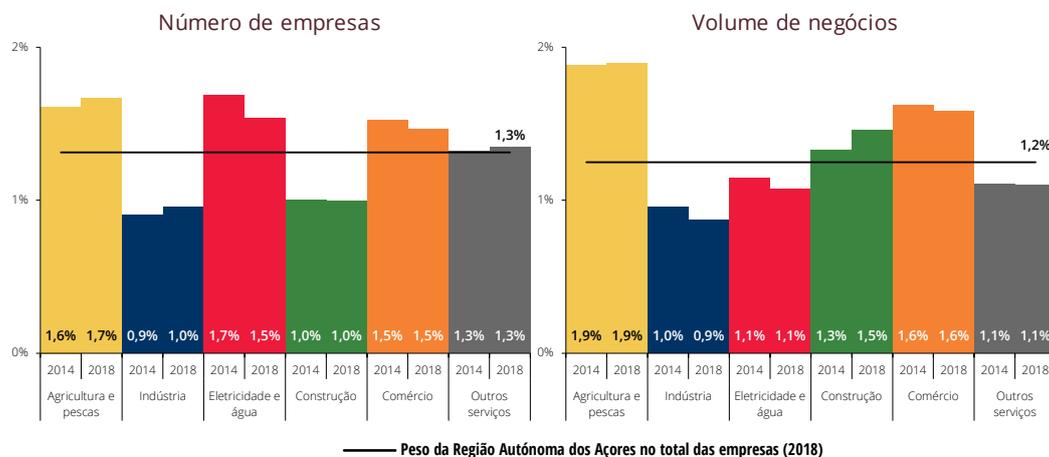


A indústria, apesar de representar apenas 7% das empresas da região, gerou 18% do volume de negócios e empregou 14% das pessoas ao serviço. O peso da indústria na região era, para todos os indicadores, inferior ao registado no total das empresas.

### Peso relativo

Em 2018, a Região Autónoma dos Açores era mais relevante na agricultura e pescas, na eletricidade e água e no comércio, quando considerado o número de empresas (Gráfico I.2.3). Pelo contrário, a região mostrava na indústria e na construção uma importância abaixo do seu peso médio no total das empresas. A expressividade desta região nos vários setores de atividade praticamente não se alterou entre 2014 e 2018.

Gráfico I.2.3 • Peso da Região Autónoma dos Açores no total das empresas | Por setores de atividade económica



<sup>8</sup> Por questões de arredondamento, os totais dos gráficos e quadros apresentados neste estudo podem não corresponder à soma das parcelas.

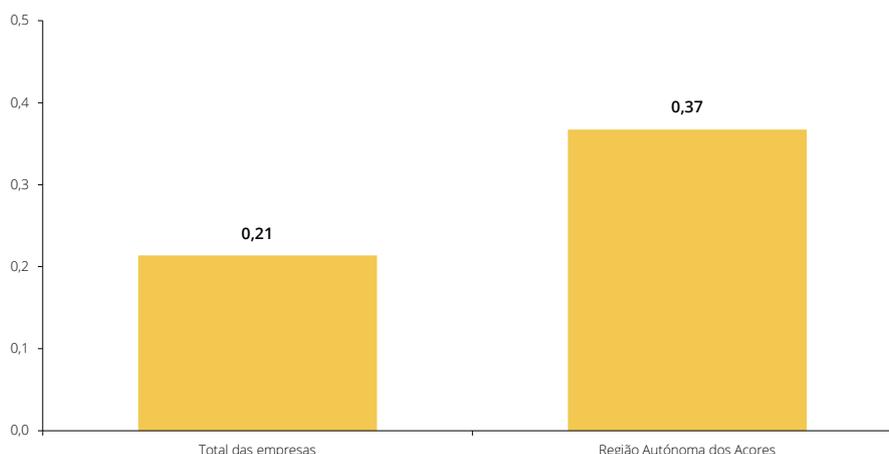
Quando considerado o peso da região nas várias atividades em termos de volume de negócios, é de destacar o maior peso relativo da Região Autónoma dos Açores na agricultura e pescas, no comércio e na construção. No sentido oposto, o contributo das empresas da região para o volume de negócios da indústria era inferior a 1%. A preponderância desta região nos vários setores de atividade praticamente não se alterou no período analisado.

### Especialização setorial

Nesta secção, é analisado o grau de especialização das empresas da Região Autónoma dos Açores por setores de atividade económica. O índice de Theil normalizado quantifica o grau de concentração do volume de negócios gerado num território em determinadas atividades económicas, variando entre 0 (diversificação máxima) e 1 (especialização máxima). Os valores associados a este índice podem, em alguns casos, refletir a elevada concentração do volume de negócios (ou do número de pessoas ao serviço, nos casos em que a análise tem por base esta variável) associada a um conjunto relativamente reduzido de empresas do agregado territorial em causa.

O índice de especialização setorial da Região Autónomas dos Açores foi, em 2018, superior ao valor registado quando considerada a totalidade do território nacional: 0,37 na região e 0,21 no total do território nacional (Gráfico I.2.4). Esta situação revela uma menor diversificação de atividades nesta região, em comparação com o que acontece quando considerado o total das empresas.

**Gráfico I.2.4 • Grau de especialização setorial por localização geográfica | Índice de Theil normalizado (volume de negócios, 2018)**



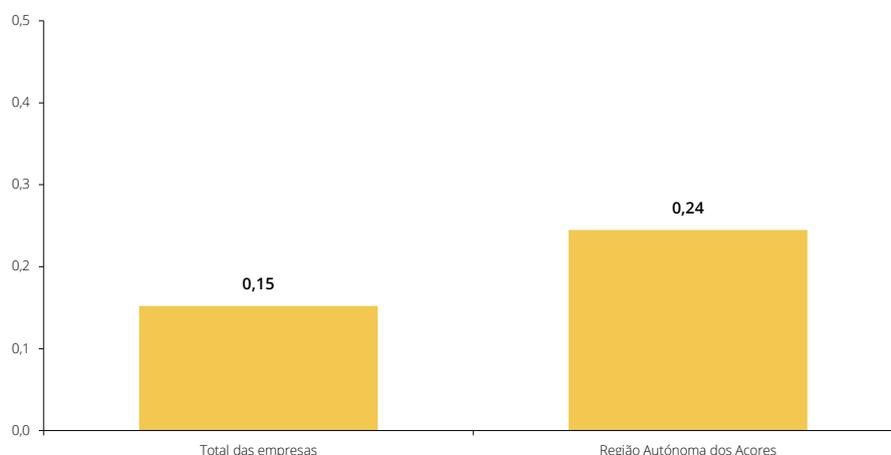
Nota: O índice de Theil normalizado é um índice sintético que permite medir o grau de especialização de um agregado territorial. O valor para este índice está contido entre 0 (máxima diversificação) e 1 (máxima especialização). Na síntese metodológica é apresentado maior detalhe sobre este indicador.

Na Região Autónoma dos Açores, destacavam-se as atividades ligadas ao comércio por grosso e a retalho (divisões 46 e 47 da CAE-Rev.3), responsáveis por 23% e 20%, respetivamente, do volume de negócios gerado por empresas sediadas nesta região. Seguiam-se as indústrias alimentares (divisão 10 da CAE-Rev.3), que agregavam 14% do volume de negócios na região.

Quando considerado o número de pessoas ao serviço, à semelhança do verificado no total das empresas, a região apresentava um nível de especialização inferior ao observado para o volume de negócios. O índice de Theil normalizado da região, tendo em conta o número de pessoas ao

serviço, situou-se em 0,24, um valor superior ao registado quando considerada a totalidade do território nacional (0,15) (Gráfico I.2.5).

**Gráfico I.2.5 • Grau de especialização setorial por localização geográfica | Índice de Theil normalizado (número de pessoas ao serviço, 2018)**



Nota: O índice de Theil normalizado é um índice sintético que permite medir o grau de especialização de um agregado territorial. O valor para este índice está contido entre 0 (máxima diversificação) e 1 (máxima especialização). Na síntese metodológica é apresentado maior detalhe sobre este indicador.

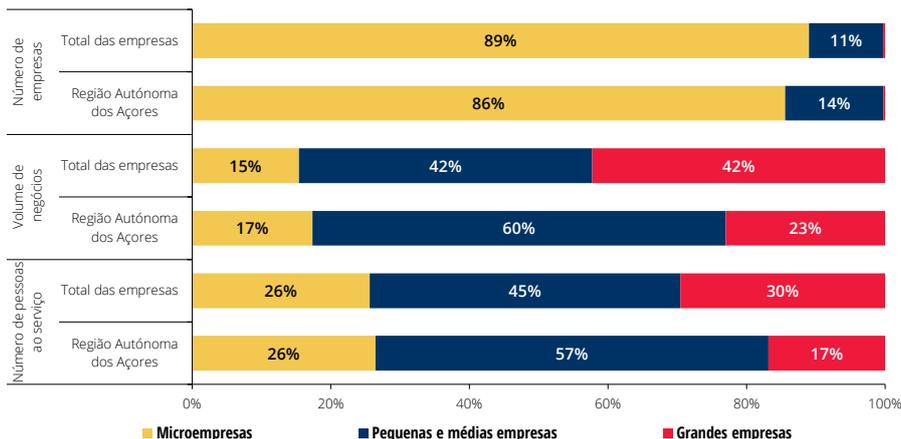
Ainda quanto ao número de pessoas ao serviço, destacavam-se, na Região Autónoma dos Açores, o comércio a retalho (17%), as indústrias alimentares (10%), a promoção imobiliária (divisão 68 da CAE-Rev.3, responsável por 8% das pessoas ao serviço das empresas da região) e o comércio por grosso (8%).

### 2.1.2 Por classes de dimensão<sup>9</sup>

Em 2018, 86% das empresas sediadas na Região Autónoma dos Açores eram microempresas, proporção inferior à registada no total das empresas (89%) (Gráfico I.2.6). As pequenas e médias empresas, representativas de 14% das empresas da região, eram responsáveis por 60% do volume de negócios e 57% das pessoas ao serviço (11% das empresas, 42% do volume de negócios e 45% das pessoas ao serviço no total das empresas). Já as grandes empresas, apesar de representarem apenas 0,2% das empresas sediadas na região, agregavam 23% do volume de negócios e 17% das pessoas ao serviço, percentagens inferiores às observadas no total das empresas (42% do volume de negócios e 30% das pessoas ao serviço).

<sup>9</sup> A definição das classes de dimensão das empresas utilizada neste estudo reflete os critérios da Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas e encontra-se detalhada em anexo.

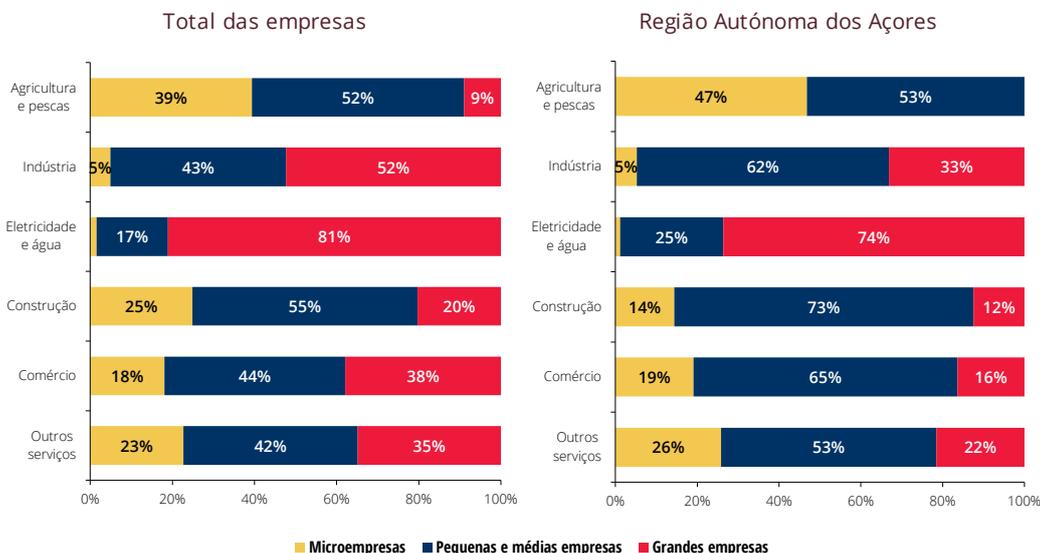
**Gráfico I.2.6 • Estruturas | Por classes de dimensão (2018)**



Entre 2014 e 2018, a estrutura empresarial da Região Autónoma dos Açores, por classes de dimensão, praticamente não se alterou tendo em conta as repartições do número de empresas e do volume de negócios. Atendendo ao número de pessoas ao serviço, verificou-se um aumento do peso relativo das pequenas e médias empresas (4 pp), compensado pela descida do peso das grandes empresas (-5 pp).

Por setores de atividade económica, as microempresas eram, de uma forma transversal, a classe de dimensão mais relevante, ainda que apresentassem pesos relativamente inferiores na eletricidade e água, na construção e na indústria (58%, 69% e 75% das empresas da região associadas a cada uma destas atividades, respetivamente). As pequenas e médias empresas foram responsáveis pelas maiores parcelas do volume de negócios na generalidade dos setores (Gráfico I.2.7). Constituía exceção a eletricidade e água, com 74% do volume de negócios associado a grandes empresas. Excluindo este setor, o peso das pequenas e médias empresas no volume de negócios oscilou entre os 53%, nos outros serviços e na agricultura e pescas, e os 73%, na construção. No setor da agricultura e pescas, a totalidade do volume de negócios teve origem em microempresas e pequenas e médias empresas.

**Gráfico I.2.7 • Estruturas | Por classes de dimensão e por setores de atividade económica (volume de negócios, 2018)**



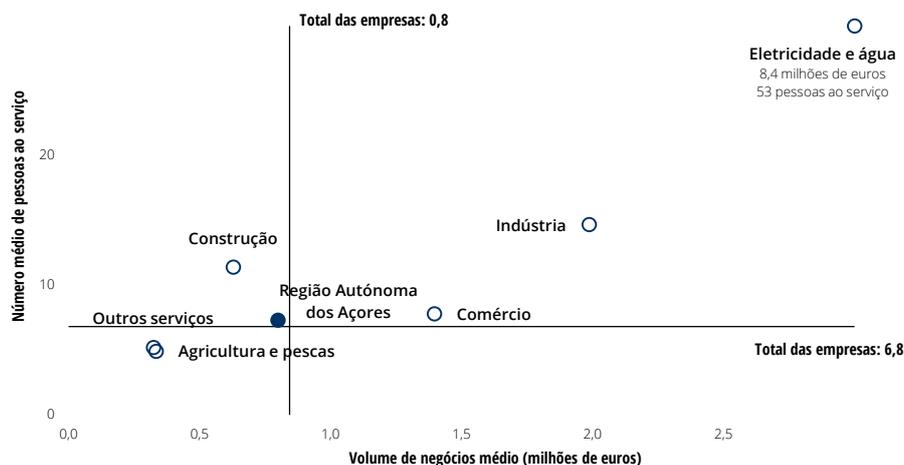
Entre 2014 e 2018, destaca-se o aumento do peso das pequenas e médias empresas no volume de negócios gerado pela agricultura e pescas e pelos outros serviços (4 pp, em ambos os casos), em contraponto com a redução, no primeiro caso, do peso das microempresas e, no segundo caso, do peso das grandes empresas. Na construção, o peso das pequenas e médias empresas diminuiu, descida compensada essencialmente pelo aumento do peso das grandes empresas.

### 2.1.3 Empresa média<sup>10</sup>

A empresa média da Região Autónoma dos Açores gerou, em 2018, um volume de negócios de 799 mil euros (Gráfico I.2.8), montante equivalente a 95% do volume de negócios da empresa média nacional. Em relação ao número de pessoas ao serviço, a empresa média da região empregou, no mesmo ano, 7,3 pessoas (6,8 pessoas ao serviço na empresa média nacional).

A eletricidade e água apresentou o volume de negócios médio e o número médio de pessoas ao serviço mais elevados na região (respetivamente, 10 e 8 vezes superiores, em 2018, aos valores da empresa média nacional). No que respeita a ambos os indicadores, também a indústria e o comércio registavam valores superiores, embora em menor escala, aos da empresa média nacional: na indústria, os valores médios da região foram equivalentes a 2 vezes os registados pela empresa média nacional, sendo estes valores mais reduzidos, ainda que acima da unidade, no caso do comércio.

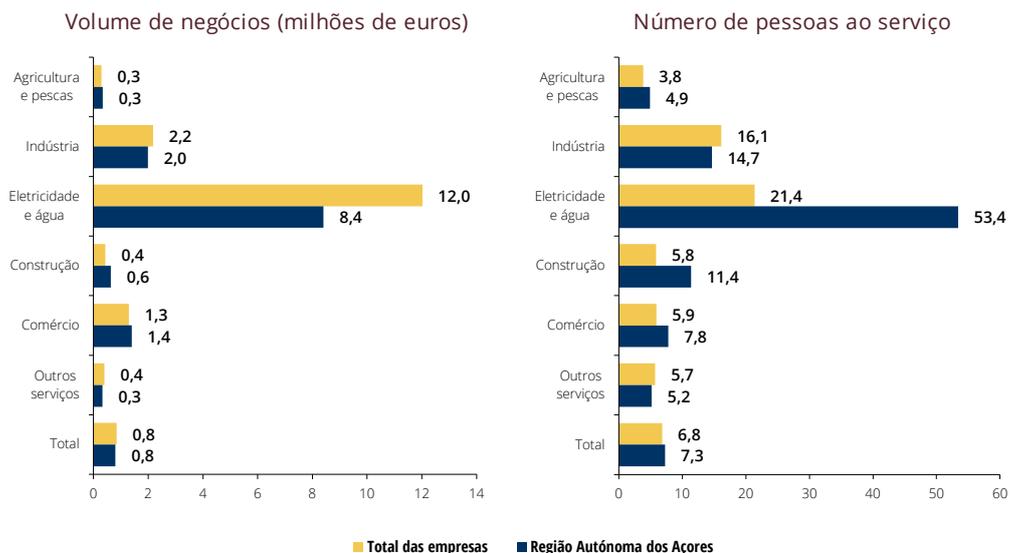
**Gráfico I.2.8 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço das empresas da Região Autónoma dos Açores, por setores de atividade económica (2018)**



Nos setores da agricultura e pescas, da construção e do comércio, o volume de negócios médio, na região, foi superior ao registado na totalidade do território, pelos mesmos setores (Gráfico I.2.9). Com exceção da eletricidade e água, as diferenças entre o volume de negócios médio de cada setor de atividade na região e no total do território eram, de um modo geral, marginais.

<sup>10</sup> A empresa média de cada região corresponde ao valor total do volume de negócios ou do número de pessoas ao serviço da região dividido pelo número de empresas aí sediadas. A mesma metodologia é utilizada para determinar os valores associados às empresas médias do total do território nacional (total das empresas) e das atividades económicas (no caso, com base apenas nas empresas de cada região associadas a cada atividade).

**Gráfico I.2.9 • Volume de negócios médio e número médio de pessoas ao serviço, por setores de atividade económica (2018)**



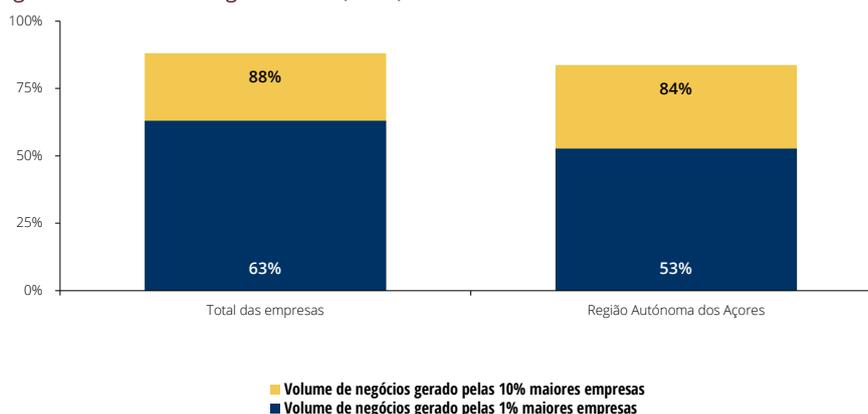
O número médio de pessoas ao serviço era superior na Região Autónoma dos Açores na maioria dos setores, quando comparado com o observado nesses setores no total do território. Constituíam exceções a indústria e os outros serviços. O número médio de pessoas ao serviço da eletricidade e água era equivalente a 2,5 vezes o registado pelo setor quando considerada a totalidade do território nacional.

As empresas da Região Autónoma dos Açores geraram, em 2018, 110 mil euros de volume de negócios por pessoa ao serviço, abaixo dos 124 mil euros registados quando considerada a totalidade do território nacional.

### 2.1.4 Concentração

Em 2018, a concentração empresarial na Região Autónoma dos Açores era inferior à observada no total das empresas. As 1% maiores empresas da Região Autónoma dos Açores, tendo em conta os respetivos volumes de negócios individuais, foram responsáveis por 53% do volume de negócios da região (63% no total das empresas), enquanto as 10% maiores empresas geraram 84% do volume de negócios (88% no total das empresas) (Gráfico I.2.10).

**Gráfico I.2.10 • Volume de negócios gerado pelas 10% e 1% maiores empresas | Em percentagem do volume de negócios total (2018)**

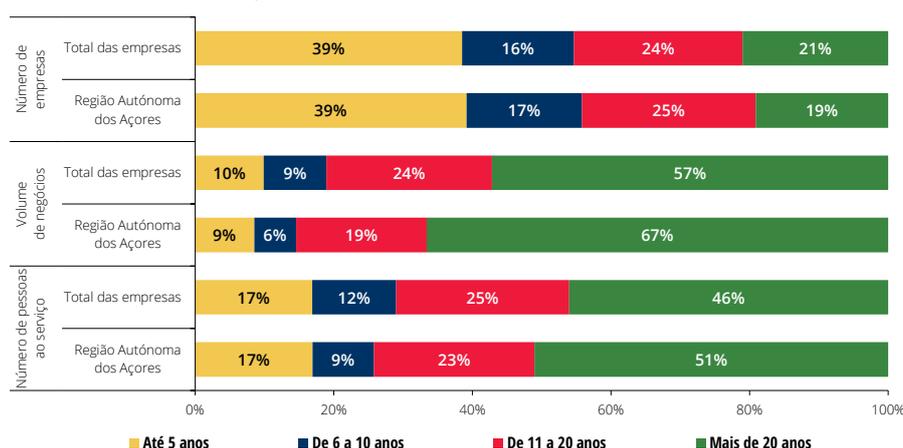


Atendendo ao número de pessoas ao serviço, à semelhança do verificado no total das empresas, a região apresentava um nível de concentração inferior ao observado para o volume de negócios. Em 2018, 32% das pessoas ao serviço estavam associadas às 1% maiores empresas (43% no total das empresas). As 10% maiores empresas representavam 67% das pessoas ao serviço na região, percentagem abaixo dos 73% registados no total das empresas.

### 2.1.5 Por classes de maturidade

A estrutura das empresas da Região Autónoma dos Açores tendo em conta as classes de maturidade<sup>11</sup> era similar à observada no total das empresas: 56% das empresas em atividade na região tinham menos de 10 anos (55% no total das empresas) (Gráfico I.2.11).

**Gráfico I.2.11 • Estruturas | Por classes de maturidade (2018)**



Quanto ao volume de negócios e ao número de pessoas ao serviço é, no entanto, de destacar o maior peso relativo das maturidades superiores, em linha com o registado no total das empresas. As empresas com maturidades superiores a 10 anos eram responsáveis por 85% do volume de negócios gerado pelas empresas sediadas na região (81% no total das empresas), salientando-se, em particular, o conjunto das empresas em atividade há mais de 20 anos (67% do volume de negócios na região, percentagem 9 pp superior à registada no total das empresas). No que respeita ao número de pessoas ao serviço, 74% do emprego estava associado a empresas em atividade há mais de 10 anos (71% no total das empresas).

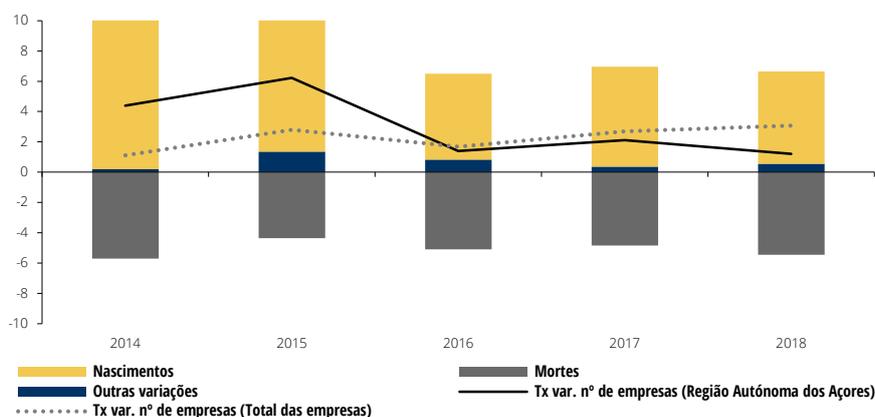
Entre 2014 e 2018, a estrutura por classes de maturidade das empresas com sede na Região Autónoma dos Açores praticamente não se alterou no que diz respeito ao posicionamento relativo das diferentes classes de maturidade.

<sup>11</sup> A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até cinco anos, de seis a dez anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos (21 anos ou mais).

## 2.2 Demografia

O número de empresas em atividade na Região Autónoma dos Açores aumentou 1,2% entre 2017 e 2018. Este crescimento foi, pelo terceiro ano consecutivo, inferior ao verificado no total das empresas: 3,1%, em 2018. (Gráfico I.2.12). Contudo, entre 2014 e 2018, o número de empresas em atividade na região aumentou 11,3%, valor acima dos 10,6% registados no total das empresas. Este aumento deveu-se ao elevado dinamismo observado na região em 2014 e 2015.

**Gráfico I.2.12 • Número de empresas da Região Autónoma dos Açores | Contributos (em pp) para a taxa de variação (em percentagem) <sup>12</sup>**



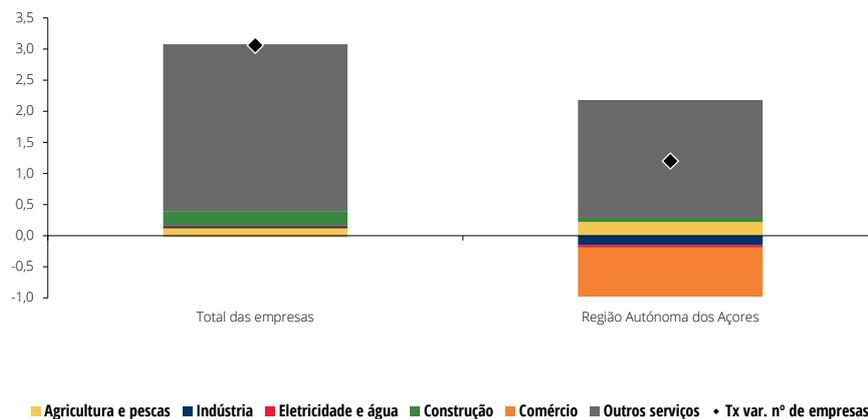
Os nascimentos de empresas representaram, em 2018, 6,1% do universo das empresas em atividade na Região Autónoma dos Açores, enquanto as cessações de empresas corresponderam a 5,4%. Estes pesos foram inferiores aos observados no total das empresas (8,1% e 5,9%, respetivamente), pelo terceiro ano consecutivo.

A desaceleração do crescimento do número de empresas a partir de 2016 reflete, no essencial, a redução da respetiva taxa de natalidade.

O crescimento do número de empresas em atividade na região entre 2017 e 2018 teve origem, na sua maioria, no setor dos outros serviços. Este setor contribuiu em 1,9 pp para o aumento do número de empresas em atividade na região, e determinou, em maior medida, o crescimento do número de empresas em atividade no total do território nacional (Gráfico I.2.13).

<sup>12</sup> A variação anual do número de empresas em atividade é determinada pela criação de novas empresas (nascimentos), pela cessação de atividade de empresas que integravam o agregado analisado (mortes) e ainda por outras variações, nas quais se incluem entradas e saídas do setor institucional das sociedades não financeiras e, em particular, da região em análise (por alteração da sede das empresas que passam a integrar/deixam de integrar a região analisada).

**Gráfico I.2.13 • Número de empresas | Contributos (em pp) para a taxa de variação (em percentagem), por setores de atividade económica (2018)**



Também os setores da agricultura e pescas e da construção contribuíram para o aumento do número de empresas em atividade na região entre 2017 e 2018 (0,2 pp e 0,1 pp, respetivamente). Já o comércio e a indústria contribuíram negativamente para a evolução do número de empresas em atividade na região (-0,8 pp e -0,2 pp, respetivamente).

## 3 Análise económica e financeira

O volume de negócios das empresas da Região Autónoma dos Açores aumentou em 2018, 5,6%, uma subida determinada, essencialmente, pelo mercado interno. Os gastos da atividade operacional das empresas também aumentaram. O crescimento dos gastos da atividade operacional das empresas da região foi inferior ao observado no total das empresas, mas superior ao registado pelo volume de negócios da região. O EBITDA gerado pelas empresas da Região Autónoma dos Açores diminuiu pelo segundo ano consecutivo e a rentabilidade dos capitais próprios dessas empresas foi inferior à registada no total das empresas.

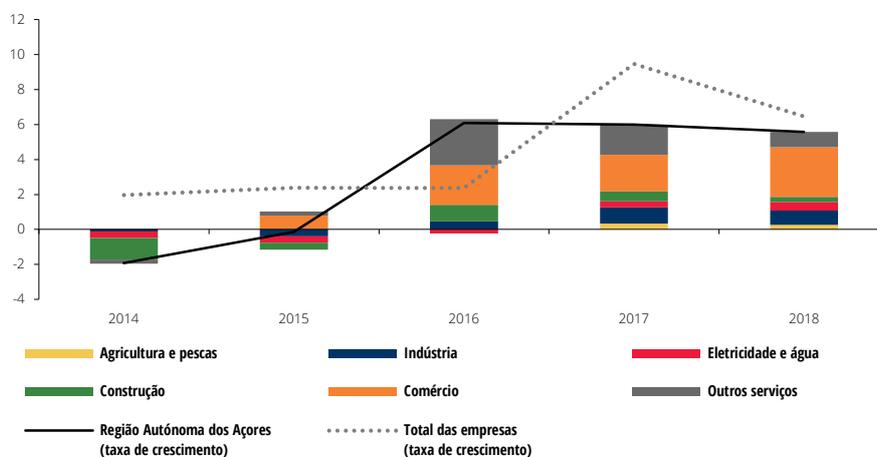
A autonomia financeira na Região Autónoma dos Açores era superior à observada no total das empresas. A dívida remunerada representava a maior parcela do passivo das empresas da região, com os empréstimos bancários a destacarem-se. O aumento da dívida remunerada provocou o aumento do passivo das empresas em 2018. Os gastos de financiamento das empresas da região diminuíram no mesmo período, ainda que menos que o observado no total das empresas. O rácio de pressão financeira praticamente não se alterou entre 2017 e 2018, situando-se ligeiramente acima do verificado para o total das empresas. O financiamento líquido por dívida comercial das empresas da região registou valores negativos, no período 2014-2018, indiciando que, em termos líquidos, os créditos comerciais não constituíram uma fonte de financiamento das empresas da região.

### 3.1 Atividade e rentabilidade

#### 3.1.1 Volume de negócios

Em 2018, o volume de negócios das empresas da Região Autónoma dos Açores aumentou 5,6%, uma subida inferior à observada no total das empresas (6,5%) (Gráfico I.3.1).

**Gráfico I.3.1 • Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)**



Em 2018, pelo terceiro ano consecutivo, o volume de negócios das empresas aumentou. No período 2014-2018, a taxa de variação acumulada do volume de negócios das empresas da região (19%) foi, no entanto, inferior à registada no total do território (22%).

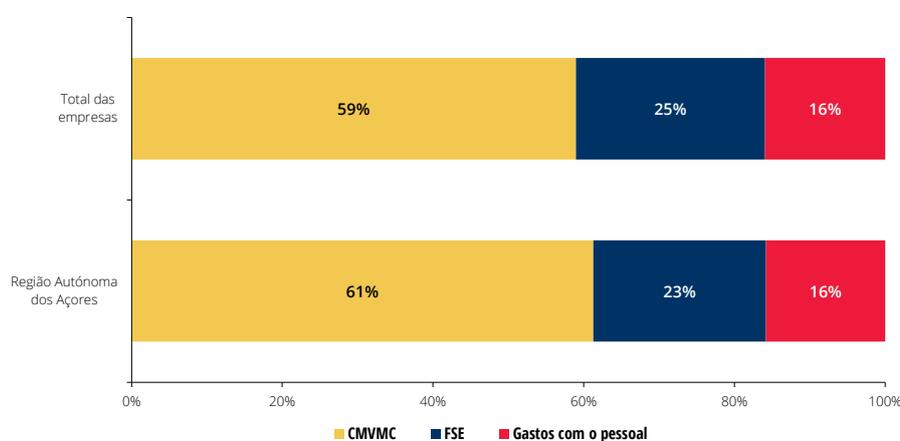
A subida do volume de negócios observada em 2018 foi transversal aos vários setores de atividade económica. O comércio contribuiu em 3 pp para o aumento do volume de negócios na Região Autónoma dos Açores, ainda que a agricultura e pescas tenha registado a maior taxa de variação do volume de negócios (13%).

O crescimento do volume de negócios em 2018 foi igualmente transversal às várias classes de dimensão. As pequenas e médias empresas contribuíram mais para este crescimento (4 pp, associado a um aumento de 6%).

### 3.1.2 Gastos da atividade operacional

Em 2018, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas (CMVMC) era a principal componente dos gastos associados à atividade operacional<sup>13</sup> das empresas da Região Autónoma dos Açores (61%), seguindo-se os fornecimentos e serviços externos (FSE) (23%) e os gastos com o pessoal (16%) (Gráfico I.3.2). A estrutura dos gastos da atividade operacional da região era similar à observada para o total das empresas.

Gráfico I.3.2 • Gastos da atividade operacional | Estrutura (2018)



O CMVMC era a componente mais relevante dos gastos da atividade operacional das empresas da região dos diferentes setores de atividade, com exceção da construção e dos outros serviços. O peso desta componente registava os valores mais elevados no comércio (85%) e na indústria (72%). Pelo contrário, os FSE eram a componente com mais peso nos gastos da atividade operacional dos outros serviços e da construção (59% e 42%, respetivamente).

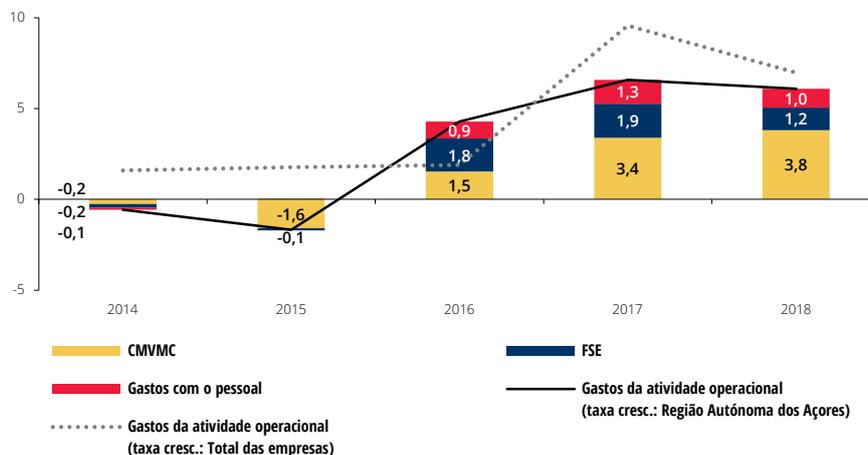
As estruturas dos gastos da atividade operacional das diferentes classes de dimensão eram, na Região Autónoma dos Açores, semelhantes à registada pelo total das empresas da região.

No período 2014-2018 a estrutura dos gastos da atividade operacional na região apresentou alterações residuais, destacando-se a diminuição do peso relativo do CMVMC (em 2 pp), em detrimento das restantes componentes (de forma similar).

<sup>13</sup> O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

Entre 2017 e 2018, os gastos da atividade operacional das empresas aumentaram 6%, crescimento inferior ao observado no total das empresas (7%) e superior ao registado pelo volume de negócios da região (Gráfico I.3.3). Esta subida esteve associada, essencialmente, ao contributo do CMVMC para a variação agregada dos gastos da atividade operacional das empresas da região (3,8 pp), componente que justificou, em grande medida, a evolução dos gastos da atividade operacional destas empresas nos anos mais recentes.

**Gráfico I.3.3 • Gastos da atividade operacional | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (em percentagem)**



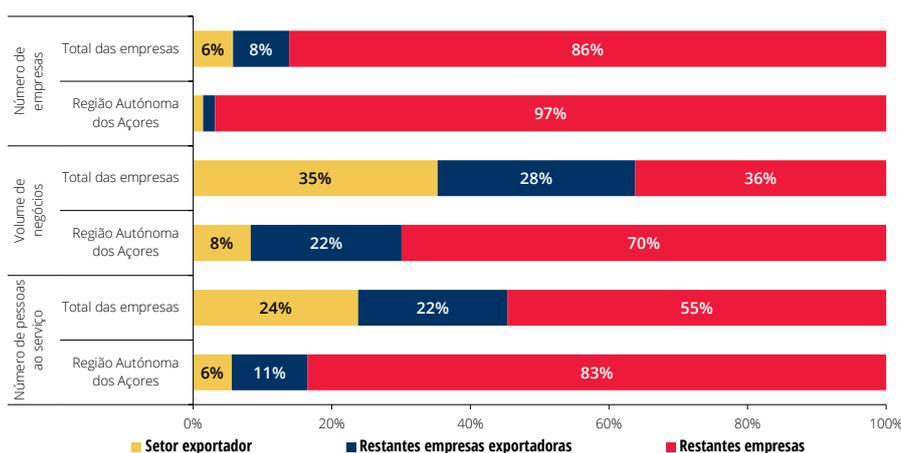
Tendo em conta a importância do mercado externo e das relações com o exterior para a atividade das empresas nacionais, apresenta-se informação sobre o contributo das exportações e das importações para a atividade das empresas da região na Caixa 1, "A relevância do mercado externo para a Região Autónoma dos Açores". Em 2018, 3% das empresas realizaram exportações, enquanto 1% integrava o setor exportador. Este setor era responsável por 8% do volume de negócios da Região Autónoma dos Açores.

### Caixa 1 • A relevância do mercado externo para a Região Autónoma dos Açores

Os indicadores apresentados nesta Caixa permitem analisar com maior detalhe a relevância do mercado externo para as empresas sediadas na Região Autónoma dos Açores. Os resultados apresentados no *Estudo da Central de Balanços 31 – Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016* revelam que a percentagem de empresas desta região pertencentes ao setor exportador era, genericamente, inferior às registadas na maioria das regiões que compõem o território nacional.

Em 2018, 3% das empresas da Região Autónoma dos Açores realizaram exportações. Entre estas, 1% das empresas integraram o setor exportador<sup>14</sup> (14% e 6% no total das empresas, respetivamente) (Gráfico C1.1). As empresas pertencentes ao setor exportador eram responsáveis por 8% do volume de negócios gerado pelas empresas da região (35% no total das empresas).

Gráfico C1.1 • Estruturas | Atendendo à integração no setor exportador (2018)



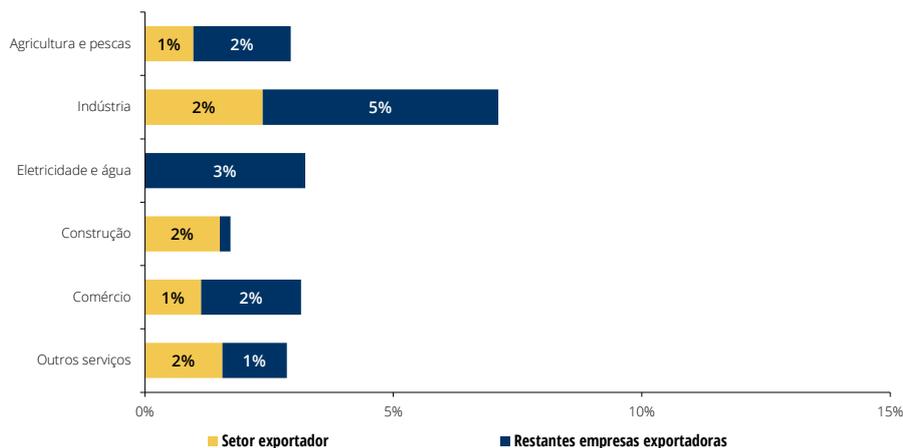
No período 2014-2018, o peso do setor exportador no total da região aumentou marginalmente no que respeita ao número de empresas e ao número de pessoas ao serviço, mas diminuiu 2 pp em termos do volume de negócios.

Em 2018, as 1% maiores empresas exportadoras foram responsáveis por 98% do total das exportações na região, valor que comparava com 89% no total das empresas, denotando uma maior concentração das exportações num número reduzido de empresas com atividade na Região Autónoma dos Açores.

Por setores de atividade económica, o setor exportador agregou, em 2018, 2% das empresas da indústria, da construção e dos outros serviços na região. Na indústria, 5% das empresas realizaram ainda exportações, embora estas empresas não integrassem o setor exportador (Gráfico C1.2).

<sup>14</sup> O setor exportador engloba o subconjunto das empresas que registavam exportações de bens e serviços, para as quais: (i) estas exportações representavam pelo menos metade do volume de negócios; ou (ii) em que pelo menos 10% do volume de negócios decorresse de exportações de bens e serviços, quando estas fossem superiores a 150 mil euros. Uma análise detalhada do setor exportador consta do *Estudo da Central de Balanços 22 – Análise das empresas do setor exportador em Portugal*, de junho de 2015, atualizada em dezembro de 2017 através da Nota de Informação Estatística n.º 122|2017. As restantes empresas exportadoras compreendem as empresas que realizaram exportações abaixo dos limiares definidos para inclusão no setor exportador.

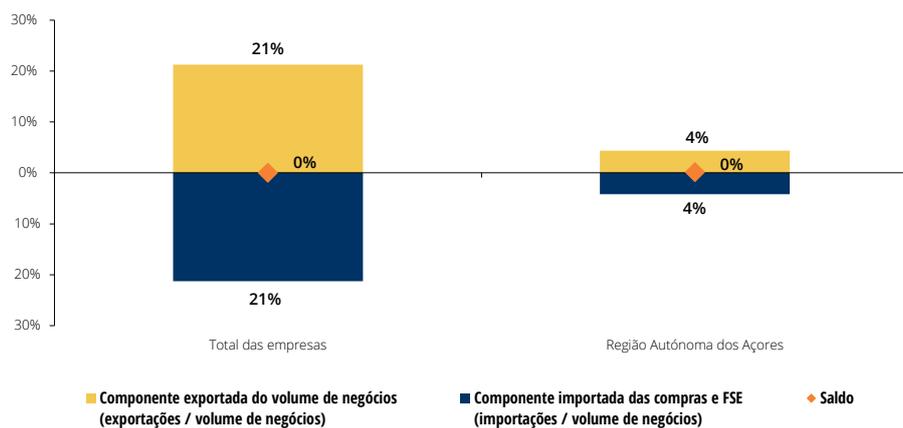
**Gráfico C1.2 • Estruturas | Atendendo à integração no setor exportador e por setores de atividade económica (Região Autónoma dos Açores, número de empresas, 2018)**



O setor exportador era menos relevante na Região Autónoma dos Açores, em comparação com o observado no total das empresas, em todos os setores de atividade. Também, no que respeita à repartição do volume de negócios, o peso do setor exportador na região era inferior ao registado no total das empresas, em todos os setores de atividade.

Em 2018, as exportações representaram 4% do volume de negócios das empresas desta região (21% no total das empresas) (Gráfico C1.3).

**Gráfico C1.3 • Componente exportada do volume de negócios e componente importada das compras e FSE | Em percentagem do volume de negócios (2018)**



Nota: A componente importada das compras e FSE encontra-se representada na parte inferior do gráfico. Apesar de apresentar valores positivos, esta componente contribui de forma negativa para o saldo das transações com o exterior, que corresponde à diferença entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e FSE.

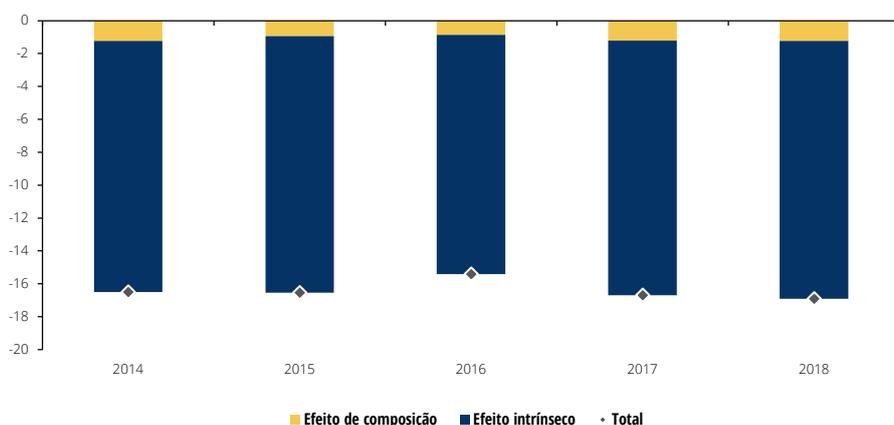
O diferencial entre a componente exportada do volume de negócios e a componente importada das compras e FSE foi, na Região Autónoma dos Açores, como no total das empresas, marginalmente positivo.

Estes indicadores, como os demais referidos nesta análise, dependem, entre outros fatores, da composição do tecido empresarial da região analisada. Adicionalmente, também as características intrínsecas das empresas, tal como a sua dimensão, o tipo de gestão, e outros fatores individuais

podem condicionar os indicadores agregados. Para analisar o contributo de cada um destes efeitos, decompôs-se o diferencial entre o indicador da região e o do total das empresas de acordo com a metodologia definida pelo Banco Central Europeu (2017).

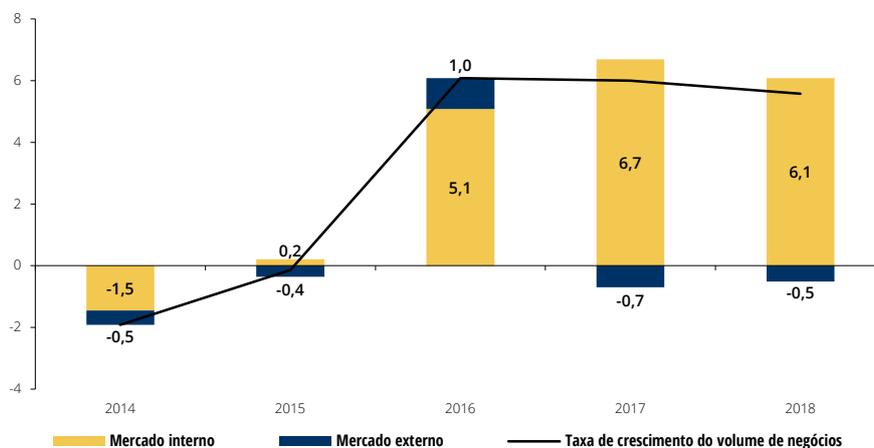
O menor peso das exportações no volume de negócios das empresas da Região Autónoma dos Açores resultou, principalmente, das características intrínsecas das respetivas empresas no período 2014-2018 (Gráfico C1.4), embora o efeito da composição setorial da região também tenha contribuído, se bem que menos, para esse diferencial.

**Gráfico C1.4 •** Peso das exportações no volume de negócios das empresas da Região Autónoma dos Açores | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)



O mercado externo contribuiu negativamente para a evolução do volume de negócios na região em 2018, pelo segundo ano consecutivo (Gráfico C1.5).

**Gráfico C1.5 •** Volume de negócios | Contributos (em pp) para a taxa de crescimento anual (Região Autónoma dos Açores, em percentagem)



Por setores de atividade económica, o contributo do mercado externo para a evolução do volume de negócios de cada atividade na Região Autónoma dos Açores foi, de forma transversal, residual. Constituíam exceções os contributos negativos dos outros serviços e da indústria em 2 pp e 1 pp, nessa ordem, para crescimentos do volume de negócios de 4% e 5%, em 2018, respetivamente.

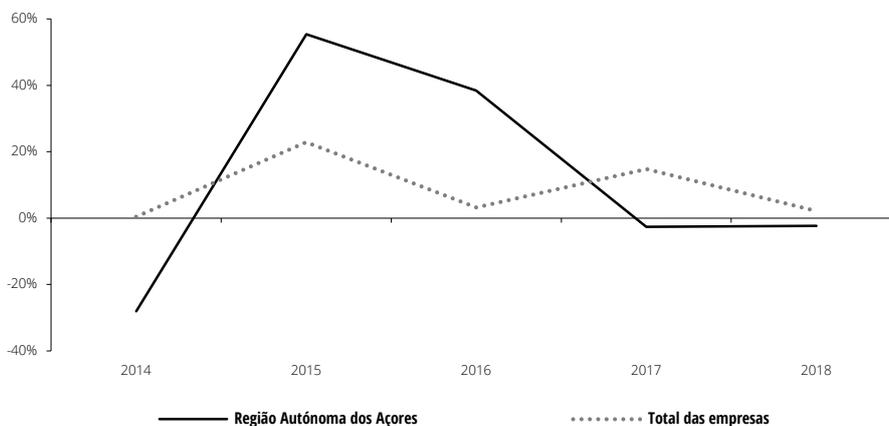
As empresas da Região Autónoma dos Açores mantinham relações com o exterior, as quais eram igualmente influenciadas pelo investimento direto do exterior em Portugal (IDE)<sup>15</sup>. Ainda que o número de empresas com capitais estrangeiros fosse relativamente diminuto na região (1% das empresas, em 2018, em comparação com 2% no total das empresas), estas representavam 4% do volume de negócios e 7% das exportações da região (25% e 39% no total das empresas, respetivamente).

Em 2018, em linha com o registado nos anos anteriores, o montante de IDE aplicado na Região Autónoma dos Açores estava associado, em grande medida, aos transportes e armazenagem e às indústrias transformadoras, agregados representativos de 43% e 37%, respetivamente, do valor absoluto das participações de capital, registadas enquanto IDE, nas empresas desta região.

### 3.1.3 EBITDA<sup>16</sup>

Em 2018, o EBITDA gerado pelas empresas da Região Autónoma dos Açores diminuiu 2% (Gráfico I.3.4). Este foi o segundo ano consecutivo em que o EBITDA das empresas da região diminuiu e evoluiu em sentido contrário ao registado pelo total das empresas, agregado que tem registado, desde 2013, aumentos consecutivos desse indicador.

Gráfico I.3.4 • EBITDA | Taxa de crescimento anual



Na Região Autónoma dos Açores, o EBITDA dos setores do comércio, da construção e da agricultura e pescas aumentou em 2018, contribuindo em 3 pp, 2 pp e 0,5 pp, respetivamente, para a variação do EBITDA agregado das empresas da região. Estes contributos foram mais do que compensados pelas descidas associadas ao EBITDA dos restantes setores de atividade económica que, assim, justificaram o decréscimo agregado deste indicador na região. É de destacar o contributo

<sup>15</sup> O investimento direto do exterior em Portugal (IDE) observa-se quando as participações de entidades não residentes no capital de empresas residentes traduzem um interesse de caráter duradouro e garantem às primeiras controlo ou influência significativa sobre a gestão das segundas. Para mais informação sobre a compilação das estatísticas de posição de investimento internacional, pode ser consultado o *Suplemento ao Boletim Estatístico 2015 – Estatísticas da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional – Notas metodológicas*.

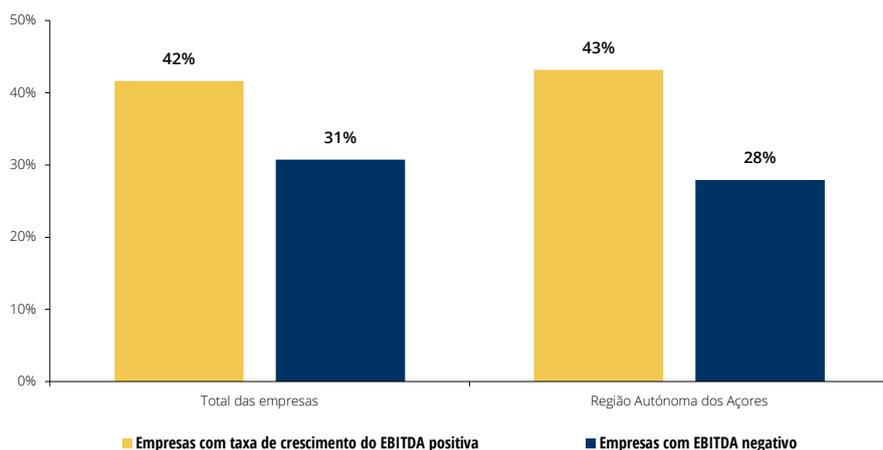
<sup>16</sup> EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

negativo dos outros serviços para a diminuição do EBITDA na Região Autónoma dos Açores (7 pp, em resultado da redução de 19% do respetivo EBITDA).

Para a redução do EBITDA das empresas da região em 2018 contribuíram as grandes empresas (-5 pp, associado a uma redução de 29%). Em contraponto, os contributos das pequenas e médias empresas e das microempresas foram positivos (3 pp e 0,3 pp, respetivamente).

Em 2018, 43% das empresas da região registaram uma subida do EBITDA, percentagem que compara com 42% no total das empresas (Gráfico I.3.5). A proporção de empresas cujo EBITDA cresceu foi superior à registada no total das empresas, na maior parte do período analisado, com exceção de 2014 e 2017.

**Gráfico I.3.5 • EBITDA | Proporção de empresas com taxa de crescimento do EBITDA positiva e com EBITDA negativo (2018)**



O peso das empresas com crescimento do EBITDA na Região Autónoma dos Açores era, em 2018, superior nas pequenas e médias empresas (55%, que compara com 50% nas grandes empresas e 41% nas microempresas). Por setores de atividade económica, a indústria registou, na região, a percentagem de empresas com crescimento do EBITDA mais elevada (49%), seguindo-se a construção (46%).

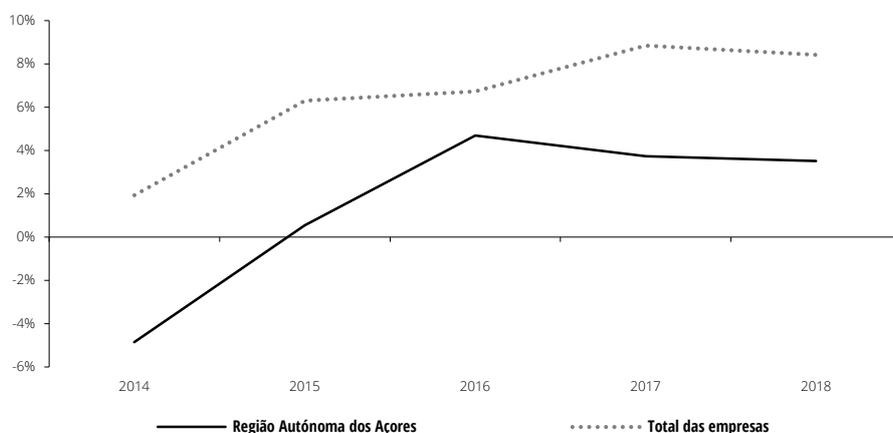
Apresentaram EBITDA negativo, em 2018, 28% das empresas sediadas na Região Autónoma dos Açores, parcela inferior à verificada no total das empresas (31%), situação que se verificou pelo quarto ano consecutivo.

Nesta região, a percentagem de empresas com EBITDA negativo decrescia com a classe de dimensão, situando-se entre os 31% e os 7%. Por setores de atividade económica, a parcela de empresas com EBITDA negativo variou entre os 23%, na eletricidade e água, e os 29%, nos outros serviços.

### 3.1.4 Rendibilidade

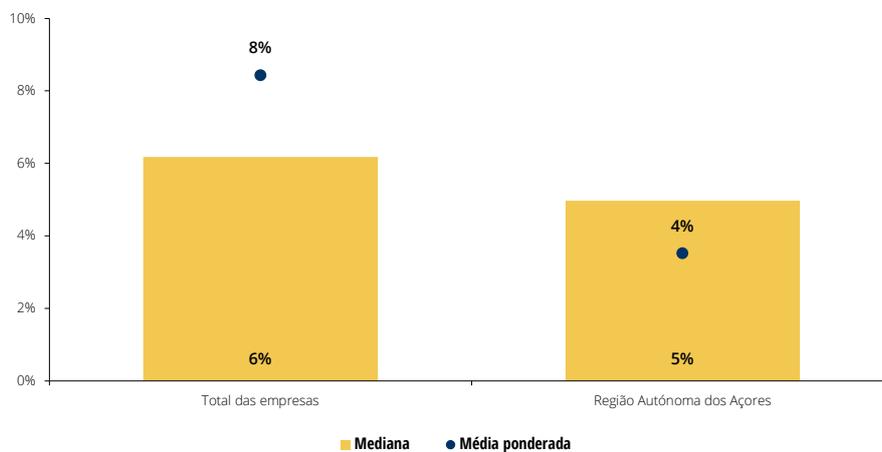
A rendibilidade dos capitais próprios<sup>17</sup> das empresas da Região Autónoma dos Açores foi de 4% em 2018, valor semelhante ao registado em 2017 e inferior em 5 pp à rendibilidade registada, em 2018, pelo total das empresas (Gráfico I.3.6). No período 2014-2018, a rendibilidade dos capitais próprios da região situou-se abaixo da registada pelo total das empresas.

Gráfico I.3.6 • Rendibilidade dos capitais próprios



Em 2018, metade das empresas sediadas na Região Autónoma dos Açores apresentou níveis de rendibilidade dos capitais próprios iguais ou inferiores a 5% (6% no total das empresas, tendo em conta uma igual proporção de empresas), valor 1 pp acima da rendibilidade agregada das empresas da região (Gráfico I.3.7).

Gráfico I.3.7 • Rendibilidade dos capitais próprios | Média ponderada e mediana da distribuição (2018)



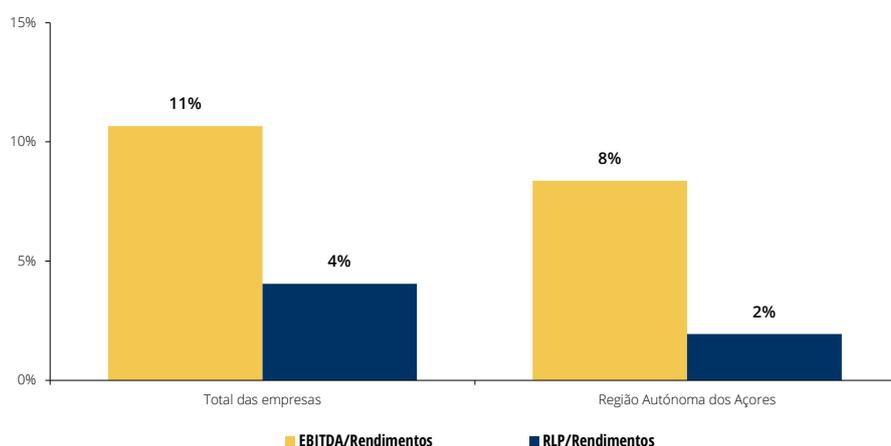
<sup>17</sup> A rendibilidade dos capitais próprios é calculada através do rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios e mede o retorno obtido pelo capital investido pelos acionistas/sócios.

Em 2018, a rentabilidade dos capitais próprios das pequenas e médias empresas (7%) era mais elevada do que as registadas pelas restantes classes de dimensão, situação transversal ao período 2014-2018. A rentabilidade das grandes empresas da região foi negativa em todo o período analisado, com exceção de 2016, situando-se em -3% em 2018.

Por setores de atividade económica, o comércio apresentou a rentabilidade mais elevada (8%), seguindo-se a eletricidade e água (7%). Pelo contrário, os outros serviços apresentaram uma rentabilidade negativa (-1%).

Em 2018, a margem operacional das empresas da Região Autónoma dos Açores (EBITDA/rendimentos<sup>18</sup>) foi de 8%, valor 2 pp inferior ao registado pelo total das empresas. A margem líquida (resultado líquido do período (RLP)/rendimentos) ascendeu a 2%, valor igualmente 2 pp abaixo do verificado no total das empresas (Gráfico I.3.8). Entre 2014 e 2018, as margens operacional e líquida das empresas da região aumentaram 4 pp e 5 pp, respetivamente. Foram, ainda assim, sistematicamente inferiores às registadas pelo total das empresas no período analisado.

**Gráfico I.3.8 • Resultados | Peso face aos rendimentos(2018)**



Em 2018, o diferencial entre o valor da margem líquida das empresas da Região Autónoma dos Açores e o registado pelo total das empresas esteve associado às características intrínsecas das empresas, sobrepondo-se, esse efeito, ao associado às diferentes estruturas empresariais. Já no que respeita à margem operacional, o diferencial registado deveu-se em partes relativamente similares aos efeitos de composição e intrínseco. Ambos os efeitos contribuíram no sentido dos diferenciais registados entre as margens líquida e operacional da região e as do total das empresas.

Em 2018, na Região Autónoma dos Açores, as microempresas apresentaram a margem operacional mais elevada (10%), enquanto as pequenas e médias empresas registaram a margem líquida mais elevada (3%). Pelo contrário, as grandes empresas desta região apresentaram, em termos agregados, a margem operacional mais baixa (5%) e uma margem líquida negativa de 2%.

<sup>18</sup> Por uma questão de simplificação utiliza-se neste estudo a expressão “rendimentos” que corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

Por setores de atividade económica, a eletricidade e água apresentou as margens mais elevadas na região: margem operacional de 28% e margem líquida de 11%. A construção e o comércio registaram as menores margens operacionais (5%, em ambos os casos), enquanto os outros serviços apresentavam uma margem líquida negativa (-1%).

Na Caixa 2, “Análise DuPont da rentabilidade dos capitais próprios” é apresentada uma análise da rentabilidade dos capitais próprios que procede à decomposição deste indicador em função da rentabilidade das vendas, da rotação do ativo e da alavancagem financeira. Verifica-se que a menor rentabilidade dos capitais próprios das empresas da Região Autónoma dos Açores, em comparação com a registada quando considerada a totalidade do território nacional, no período analisado, reflete uma menor rentabilidade das vendas e menores níveis de rotação de ativo e de alavancagem financeira.

## Caixa 2 • Análise DuPont da rentabilidade dos capitais próprios

De acordo com a Análise DuPont para a decomposição da rentabilidade dos capitais próprios, este indicador decompõe-se em três fatores, segundo a seguinte expressão:

$$\text{Rentabilidade dos capitais próprios} = \frac{\text{RLP}}{\text{CP}} = \frac{\text{RLP}}{\text{VN}} \times \frac{\text{VN}}{\text{ativo}} \times \frac{\text{ativo}}{\text{CP}}$$

O primeiro fator desta decomposição DuPont é a **rentabilidade das vendas**:

$$\frac{\text{resultado líquido do período (RLP)}}{\text{volume de negócios (VN)}} = \text{rentabilidade das vendas}$$

O valor deste rácio, medido em percentagem, indica a parcela do volume de negócios convertida em resultado líquido do período; é, desta forma, um indicador da capacidade das empresas obterem margens de lucro com a sua atividade.

Um aumento deste rácio, tudo o resto constante, tem um impacto positivo sobre a rentabilidade dos capitais próprios.

O segundo fator da decomposição DuPont da rentabilidade dos capitais próprios é a **rotação do ativo**:

$$\frac{\text{volume de negócios (VN)}}{\text{ativo}} = \text{rotação do ativo}$$

Este rácio indica o volume de negócios gerado por cada euro de ativo investido, traduzindo desta forma o nível de eficiência das empresas na utilização dos seus recursos.

Quanto maior a rotação do ativo, tudo o resto constante, maior a capacidade das empresas para remunerar os seus capitais próprios.

O terceiro fator da decomposição DuPont da rentabilidade dos capitais próprios é a **alavancagem financeira**:

$$\frac{\text{ativo}}{\text{capitais próprios (CP)}} = \text{alavancagem financeira}$$

O valor deste rácio reflete a dimensão do ativo em relação aos capitais próprios. Este rácio será tanto mais elevado quanto menor o peso dos capitais próprios na estrutura de financiamento, indicando uma maior alavancagem.

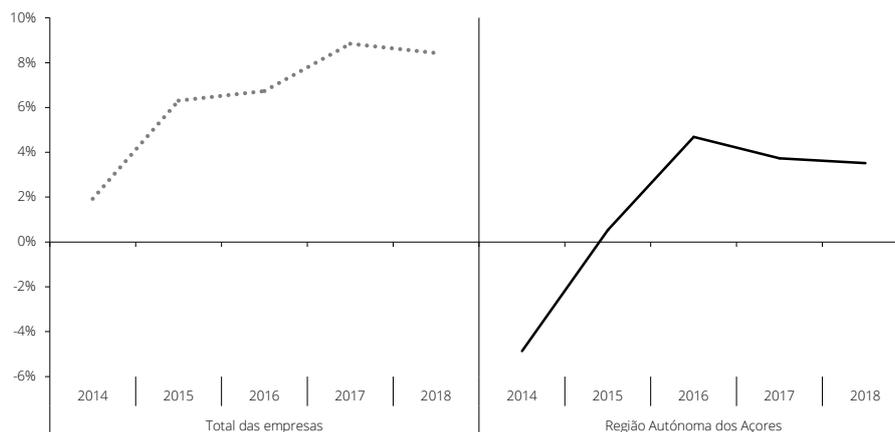
Um aumento da alavancagem financeira, tudo o resto constante, tem um impacto positivo sobre a rentabilidade dos capitais próprios, já que traduz uma redução da proporção dos capitais próprios a remunerar.

Esta análise considera o impacto de cada um dos três fatores sobre a rentabilidade dos capitais próprios de forma autónoma (mantendo os restantes constantes), pelo que não são analisadas as relações de dependência entre eles. Em particular, uma variação da alavancagem financeira terá impacto na rentabilidade das vendas, na medida em que, em geral, os instrumentos de capital alheio têm um custo associado. Esse custo implica uma redução da rentabilidade das vendas e é tendencialmente crescente com o nível de endividamento e de risco. Por simplificação, estas interdependências não são consideradas nesta análise.

Como referido anteriormente, a rentabilidade dos capitais próprios das empresas da Região Autónoma dos Açores foi de 4% em 2018, abaixo do valor registado quando considerada a totalidade do território (8%) e similar ao valor registado na região em 2017.

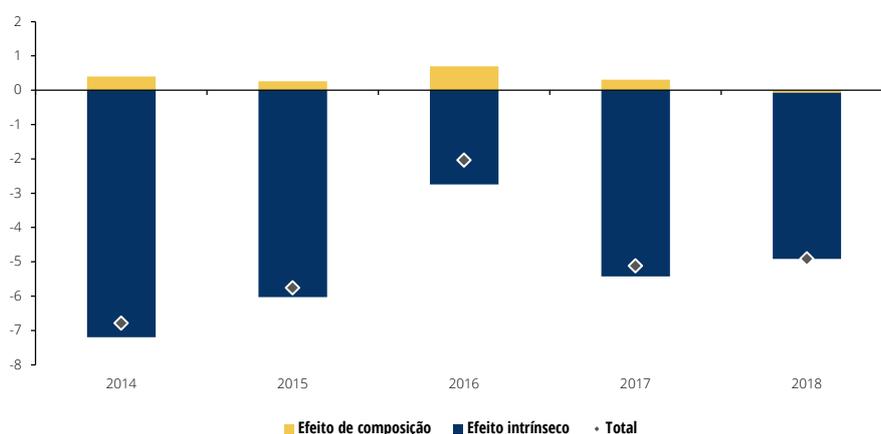
No período 2014-2018, a rentabilidade dos capitais próprios nesta região aumentou 8 pp, mais 2 pp do que no total das empresas (Gráfico C2.1).

**Gráfico C2.1 • Rendibilidade dos capitais próprios**



A Região Autónoma dos Açores apresentou uma rentabilidade inferior à registada pelo total das empresas, no período analisado. Estes diferenciais podem depender, não só das características intrínsecas das empresas, mas também da composição do tecido empresarial da região. Territórios com uma maior proporção de empresas em atividades mais rentáveis apresentarão rentabilidades globalmente superiores, mesmo que intrinsecamente as rentabilidades das empresas sejam semelhantes. No período 2014-2018, o diferencial entre a rentabilidade dos capitais próprios registada nesta região e a observada quando considerada a totalidade do território nacional resultou quase exclusivamente das características intrínsecas das empresas, o que indica que a rentabilidade na região foi justificada pela presença de empresas intrinsecamente menos rentáveis (Gráfico C2.2).

**Gráfico C2.2 • Rendibilidade dos capitais próprios da Região Autónoma dos Açores | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)**

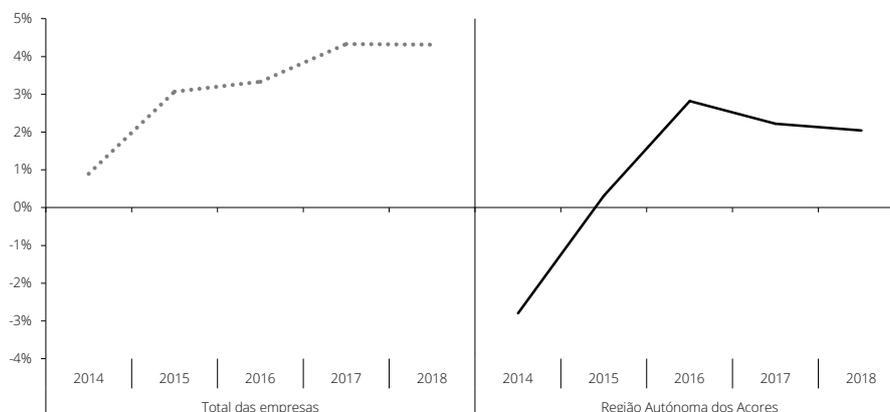


**Rendibilidade das vendas**

A rentabilidade das vendas é um indicador da margem obtida pelas empresas, que quantifica a capacidade de as empresas transformarem os seus rendimentos (na sua maioria provenientes do volume de negócios) em resultados líquidos, depois de deduzidos os gastos relacionados com a sua atividade.

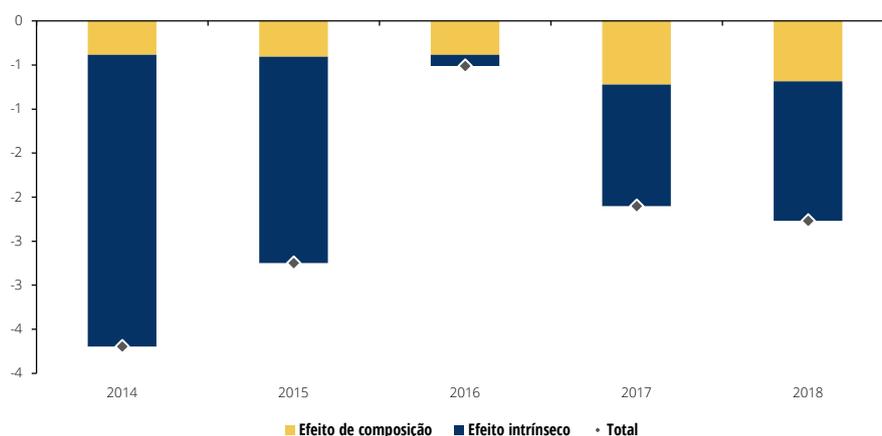
Em 2018, a rentabilidade das vendas das empresas na Região Autónoma dos Açores era de 2,0%, valor abaixo dos 4,3% registados no total das empresas (Gráfico C2.3). No período analisado, a rentabilidade das vendas das empresas desta região foi consistentemente inferior à observada quando considerada a totalidade do território nacional.

**Gráfico C2.3 • Rentabilidade das vendas**



A menor rentabilidade das vendas das empresas da região face ao observado no total das empresas deveu-se, no período 2014-2018, em maior medida, às características intrínsecas das respetivas empresas (Gráfico C2.4). Ainda assim, também o efeito de composição setorial da região contribuiu no sentido do diferencial registado em relação ao total das empresas.

**Gráfico C2.4 • Rentabilidade das vendas da Região Autónoma dos Açores | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)**



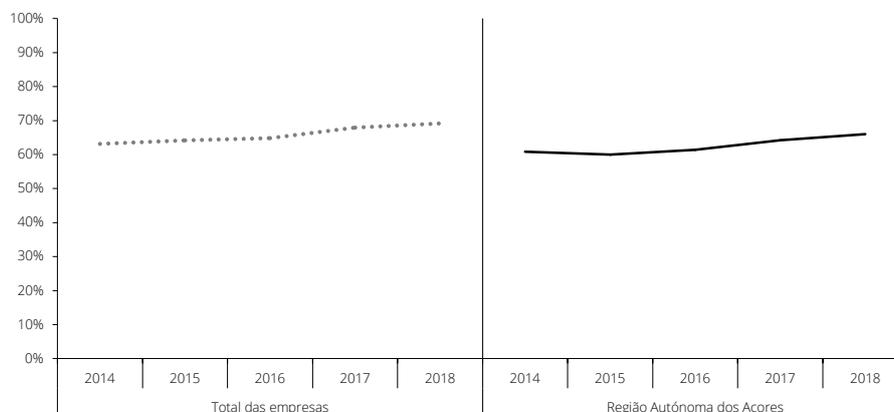
### Rotação do ativo

A rotação do ativo é um dos fatores explicativos da rentabilidade das empresas por relacionar os montantes investidos nos ativos com os rendimentos por estes gerados. Ao quantificar a percentagem dos ativos coberta pelo volume de negócios anual, toma-se como referência o valor de 100, percentagem acima da qual o volume de negócios gerado anualmente pelas empresas permite

cobrir integralmente o valor do ativo. O inverso deste rácio permite ainda avaliar o número de anos de atividade necessários para cobrir o valor dos ativos.

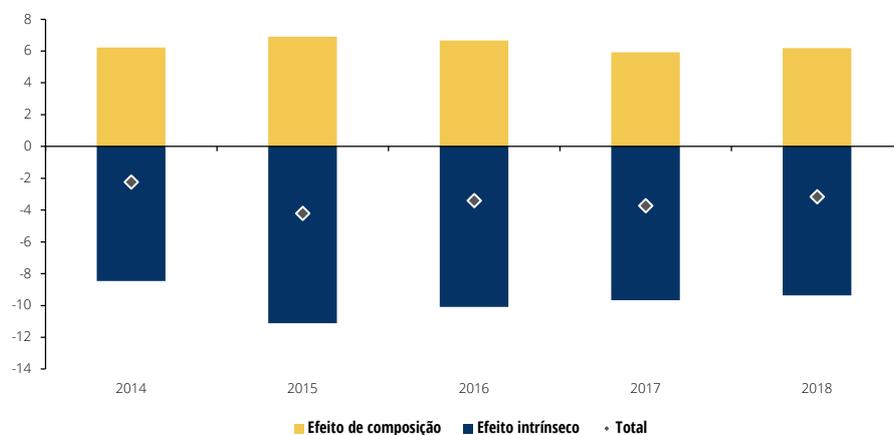
Em 2018, na Região Autónoma dos Açores a rotação do ativo era de 66%, menos 3 pp do que no total das empresas (Gráfico C2.5). A região apresentou níveis de rotação do ativo inferiores aos do total das empresas, no período analisado.

**Gráfico C2.5 • Rotação do ativo**



O nível de rotação do ativo das empresas da região foi, no período 2014-2018, influenciado negativamente pelas características intrínsecas das empresas, sendo este efeito parcialmente compensado pela composição setorial da região (Gráfico C2.6). Isto indica que as empresas desta região registavam níveis de rotação do ativo comparativamente inferiores aos registados quando consideradas empresas dos mesmos setores na totalidade do território nacional. No entanto, em contraponto, a composição setorial desta região determinava níveis de rotação do ativo mais elevados.

**Gráfico C2.6 • Rotação do ativo da Região Autónoma dos Açores | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em pp)**



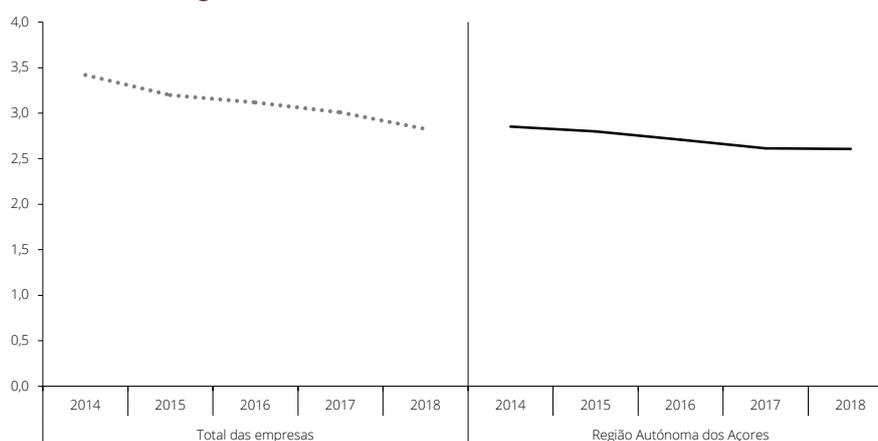
## Alavancagem financeira

A estrutura de financiamento das empresas é igualmente um dos fatores determinantes para a rentabilidade dos capitais próprios, refletindo qual a proporção dos ativos (que as empresas utilizam na obtenção de rendimentos) financiados pelos acionistas. Quanto menor for essa proporção, tudo o resto constante, maior será o retorno por unidade de capitais próprios. Para além dos capitais próprios, as empresas podem recorrer a capitais alheios para financiar os seus ativos, que incluem a dívida remunerada (títulos de dívida, empréstimos bancários e outros financiamentos), os créditos comerciais e outros passivos.

A alavancagem financeira permite quantificar a combinação de capitais próprios e de capitais alheios utilizada pelas empresas, ao indicar o número de vezes que os capitais próprios são cobertos pelo ativo. Este rácio será tanto maior quanto maior o recurso a capitais alheios. Em empresas rentáveis, o aumento da alavancagem financeira contribui positivamente para o nível de rentabilidade dos capitais próprios, considerando tudo o resto constante. No entanto, o seu efeito sobre a rentabilidade dos capitais próprios não deve ser avaliado sem considerar as implicações genericamente associadas a maiores níveis de alavancagem financeira, na medida em que o maior recurso a capitais alheios pode implicar uma maior vulnerabilidade e exposição ao risco da empresa ou do agregado em causa.

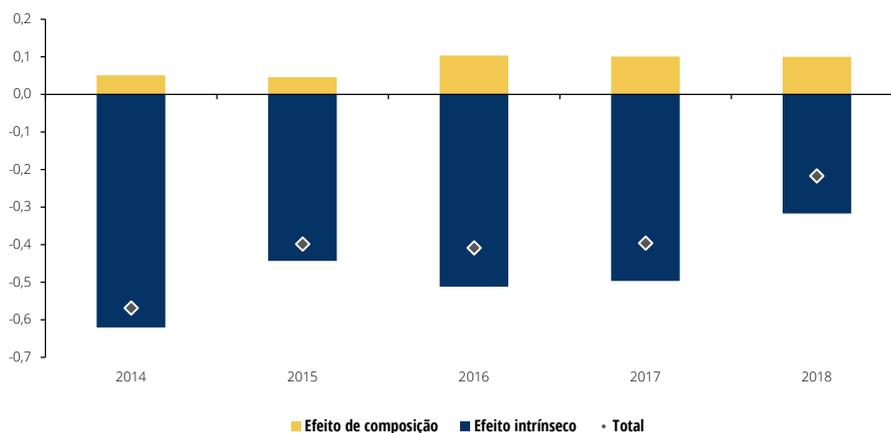
Em 2018, o ativo das empresas da Região Autónoma dos Açores representava 2,6 vezes o valor dos respetivos capitais próprios (2,8 vezes no total das empresas) (Gráfico C2.7). A região apresentou, em todo o período analisado, de forma estrutural, níveis de alavancagem financeira inferiores aos do total das empresas.

Gráfico C2.7 • Alavancagem financeira



O menor nível de alavancagem financeira registado na Região Autónoma dos Açores, comparativamente com o observado quando considerada a totalidade das empresas nacionais, era, em todo o período analisado, determinado pelas características intrínsecas das empresas (Gráfico C2.8). Na região, este efeito foi, no entanto, parcialmente compensado pelo contributo positivo do efeito de composição setorial, o que indica que a alavancagem financeira agregada na região era condicionada, ainda que numa escala menor, por uma composição setorial em que setores tipicamente com maiores níveis de alavancagem financeira assumem maior relevância face ao registado no total das empresas.

**Gráfico C2.8 • Alavancagem financeira da Região Autónoma dos Açores | Decomposição do diferencial face ao total das empresas (em unidades)**



Assim, a menor rentabilidade dos capitais próprios das empresas da Região Autónoma dos Açores, em comparação com a registada quando considerada a totalidade do território nacional no período analisado, reflete uma menor rentabilidade das vendas e menores níveis de rotação de ativo e de alavancagem financeira (ativos financiados em maior medida por capitais próprios). Os diferenciais entre a região e o total das empresas são, sobretudo, influenciados pelas características intrínsecas das empresas.

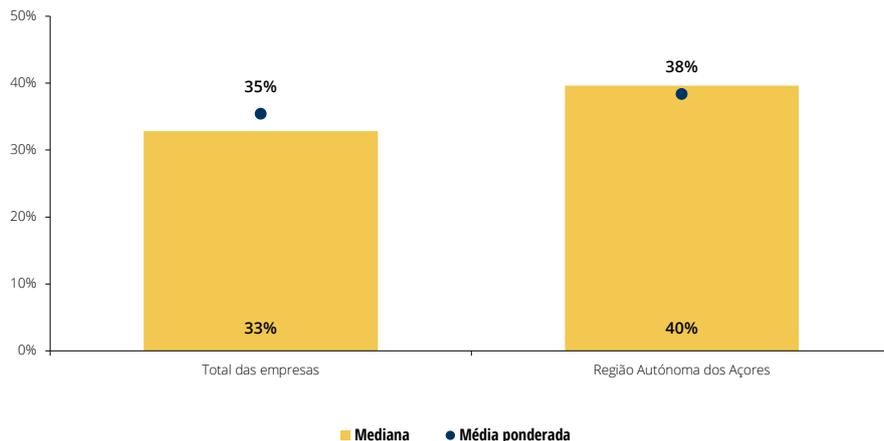
## 3.2 Situação financeira

### 3.2.1 Capitais próprios

Em 2018, a autonomia financeira das empresas na Região Autónoma dos Açores era de 38%, valor superior ao registado pelo total das empresas (35%) (Gráfico I.3.9). Esta situação verificou-se em todo o período analisado. Entre 2014 e 2018, a autonomia financeira aumentou 3 pp, crescimento inferior ao registado no total das empresas (6 pp).

A autonomia financeira média na Região Autónoma dos Açores era similar à respetiva autonomia financeira mediana (rácio que indica que metade das empresas da região apresentou uma autonomia financeira inferior ou superior a esse limiar). Esta situação verificava-se igualmente quando considerado o total do território nacional e, de forma consistente, no período 2014-2018.

**Gráfico I.3.9 • Autonomia financeira | Média ponderada e mediana da distribuição (2018)**



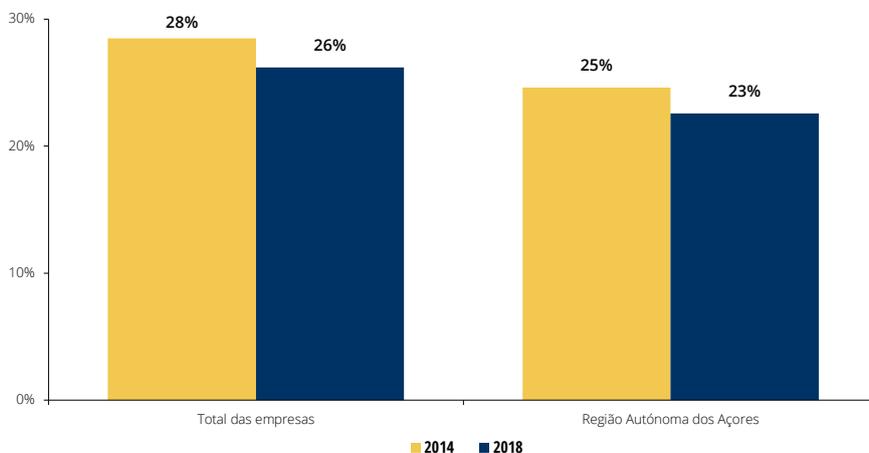
A maior autonomia financeira registada na região, por comparação com o total das empresas, foi determinada, em 2018 (em linha com o verificado em anos anteriores), essencialmente pelas características intrínsecas das empresas (contributo de 6 pp para o diferencial de 3 pp). Este efeito foi parcialmente compensado pelo efeito negativo associado à composição setorial da região.

Em 2018, a autonomia financeira das empresas da Região Autónoma dos Açores foi similar para as grandes empresas e para as microempresas (cerca de 36%), enquanto para as pequenas e médias empresas o nível de autonomia financeira era superior (41%).

Por setores de atividade económica, a indústria e a eletricidade e água apresentavam a autonomia financeira mais elevada desta região (49%, em ambos os casos), e a construção a mais reduzida (23%).

No mesmo ano, 23% das empresas da Região Autónoma dos Açores apresentavam capitais próprios negativos (26%, no total das empresas) (Gráfico I.3.10). Entre 2014 e 2018, à semelhança do registado no total das empresas, o peso das empresas com capitais próprios negativos diminuiu 2 pp na região.

**Gráfico I.3.10 • Autonomia financeira | Proporção de empresas com capitais próprios negativos**



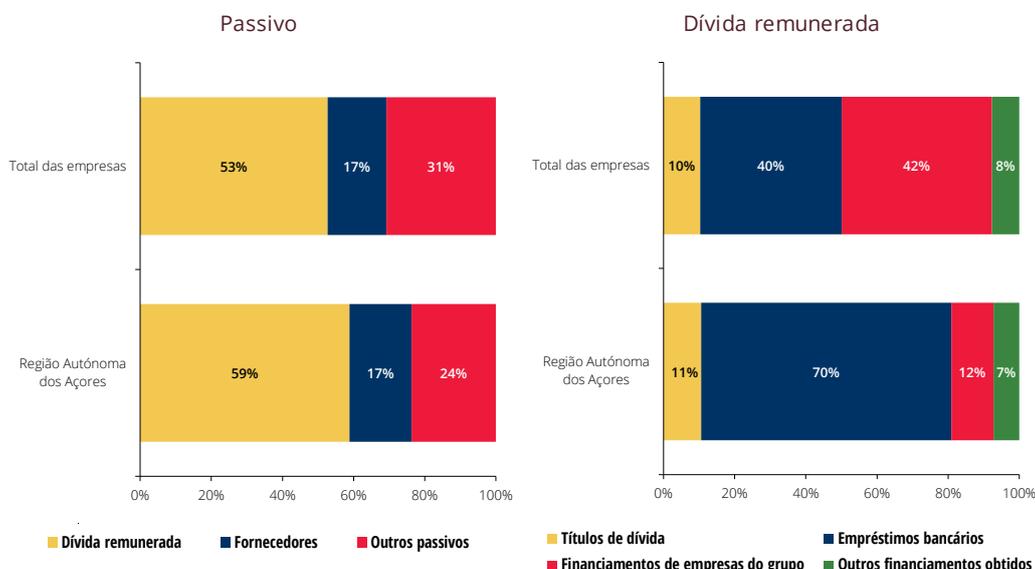
A percentagem de empresas com capitais próprios negativos nesta região decrescia com a dimensão das empresas: 25% nas microempresas, 8% nas pequenas e médias empresas e 7% nas grandes empresas. Por setores de atividade, esta percentagem era mais elevada no setor da construção (24%) e nos setores do comércio e dos outros serviços (23%, em ambos os casos).

### 3.2.2 Capitais alheios

O financiamento com recurso a capitais alheios era a principal forma de financiamento da atividade das empresas sediadas na Região Autónoma dos Açores em 2018, apesar de assumir menor relevância do que no total das empresas.

A dívida remunerada<sup>19</sup> constituía, em 2018, a principal fonte de capital alheio das empresas, ao representar 59% do passivo das empresas da região (53% no total das empresas) (Gráfico I.3.11). As dívidas a fornecedores (ou créditos comerciais) correspondiam a 17% do passivo das empresas, estando a restante parcela associada a outros passivos<sup>20</sup>. A estrutura do passivo das empresas da região apresentada em 2018 não diferia significativamente das evidenciadas nos anos anteriores.

**Gráfico I.3.11 • Passivo | Estrutura (2018)**



Os empréstimos bancários<sup>21</sup> representavam a maior parcela da dívida remunerada das empresas da Região Autónoma dos Açores (70% da dívida, mais 31 pp do que no total das empresas).

A estrutura da dívida remunerada das empresas da região apresentava, em 2018, algumas diferenças face aos anos anteriores, essencialmente devido ao menor peso relativo dos empréstimos

<sup>19</sup> A dívida remunerada corresponde ao conjunto dos financiamentos remunerados obtidos, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

<sup>20</sup> A classe “Outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

<sup>21</sup> A Caixa 3 “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente” disponibiliza informação complementar sobre esta fonte de financiamento.

bancários. Entre 2014 e 2018, o peso dos empréstimos bancários diminuiu 10 pp, descida compensada, essencialmente, pelo maior peso dos financiamentos de empresas do grupo.

Por classes de dimensão, a dívida remunerada correspondia à maior parcela do passivo das empresas da região, independentemente da classe de dimensão. O peso da dívida remunerada no passivo variava entre os 52%, nas microempresas, e os 70%, nas grandes empresas.

Os empréstimos bancários correspondiam a mais de metade da dívida remunerada das empresas da Região Autónoma dos Açores, independentemente da classe de dimensão a que estas pertenciam. O peso dos empréstimos bancários na dívida remunerada era maior nos conjuntos das pequenas e médias empresas (85%) e das microempresas (65%). Quando avaliada a estrutura da dívida remunerada das grandes empresas, não obstante o peso significativo dos empréstimos bancários (55%), destacavam-se ainda os títulos de dívida (28%).

Por setores de atividade económica, a dívida remunerada representava, em 2018, a maior parcela do passivo de todos os setores de atividade económica na região, constituindo 73% do passivo das empresas da eletricidade e água.

O passivo das empresas aumentou 3% na Região Autónoma dos Açores em 2018 (1% no total das empresas) (Quadro I.3.1). Entre 2014 e 2018, o passivo das empresas aumentou 4%.

#### Quadro I.3.1 • Passivo | Taxa de crescimento anual (2018)

	Dívida remunerada	Fornecedores	Outros passivos	Passivo
Total das empresas	-1,4%	2,9%	4,9%	1,1%
Região Autónoma dos Açores	6,9%	-2,2%	-3,7%	2,5%

Para o aumento do passivo das empresas da região entre 2017 e 2018, contribuiu, em maior medida (4 pp) o incremento de 7% da dívida remunerada, associado ao crescimento dos financiamentos de empresas do grupo e dos títulos de dívida. Os créditos comerciais e os outros passivos diminuíram 2% e 4%, respetivamente.

Por classes de dimensão, o passivo aumentou 10% nas grandes empresas. As restantes classes de dimensão apresentaram variações relativamente marginais dos respetivos passivos.

Por setores de atividade económica, a agricultura e pescas apresentou em 2018 o crescimento mais acentuado do passivo (8%), enquanto a construção registou o decréscimo mais significativo (7%). Para além da construção, apenas o comércio registou igualmente uma contração do respetivo passivo (2%).

Apresenta-se na Caixa 3 “Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente” informação complementar sobre esta forma de financiamento. Destaca-se a elevada concentração dos empréstimos concedidos junto das pequenas e médias empresas e das empresas dos outros serviços.

### Caixa 3 • Empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente<sup>22</sup>

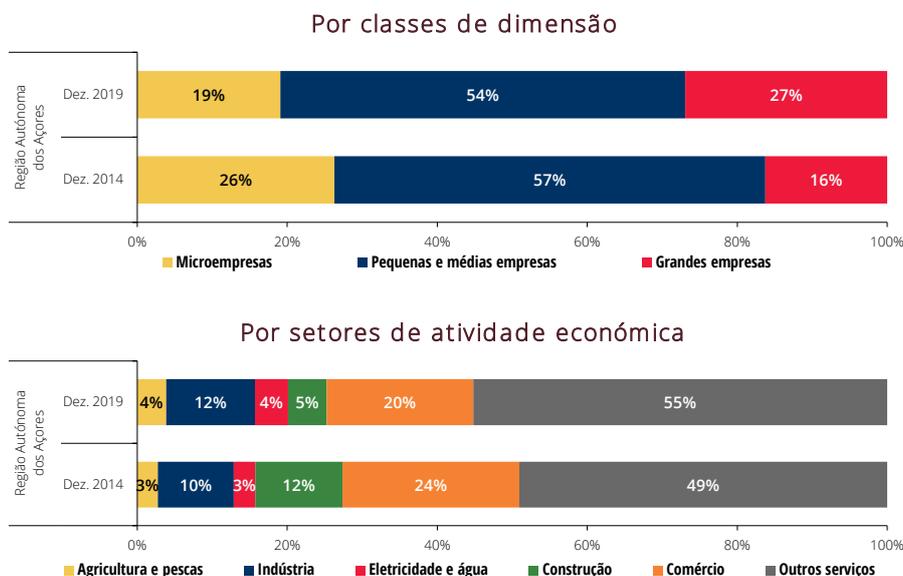
Com base na informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal, analisa-se, nesta Caixa, o montante total dos empréstimos obtidos pelas empresas da Região Autónoma dos Açores junto do sistema bancário residente<sup>23</sup>.

No final de 2019, as empresas desta região agregavam 2% dos empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente às empresas portuguesas, um peso similar ao observado no final de 2014.

Do montante de empréstimos bancários concedido às empresas da região no final de 2019, 54% concentrava-se nas pequenas e médias empresas, 27% nas grandes empresas e 19% nas microempresas (Gráfico C3.1).

Por setores de atividade económica, os outros serviços agregavam a maioria dos empréstimos bancários concedidos à região pelo sistema bancário residente (55%), seguindo-se o setor do comércio (20%).

**Gráfico C3.1 • Composição do financiamento obtido pelas empresas da Região Autónoma dos Açores junto do sistema bancário residente (valores em fim de período)**



Entre o final de 2014 e o final de 2019, registou-se um aumento do peso dos empréstimos concedidos às grandes empresas na Região Autónoma dos Açores (11 pp), em detrimento das restantes classes de dimensão.

<sup>22</sup> Informação apurada com base na Central de Responsabilidades de Crédito, uma base de dados gerida pelo Banco de Portugal com informação prestada pelas entidades participantes (instituições residentes) sobre créditos concedidos. Para mais informação, pode ser consultado o *Cademo nº 5 do Banco de Portugal, Central de Responsabilidades de Crédito*.

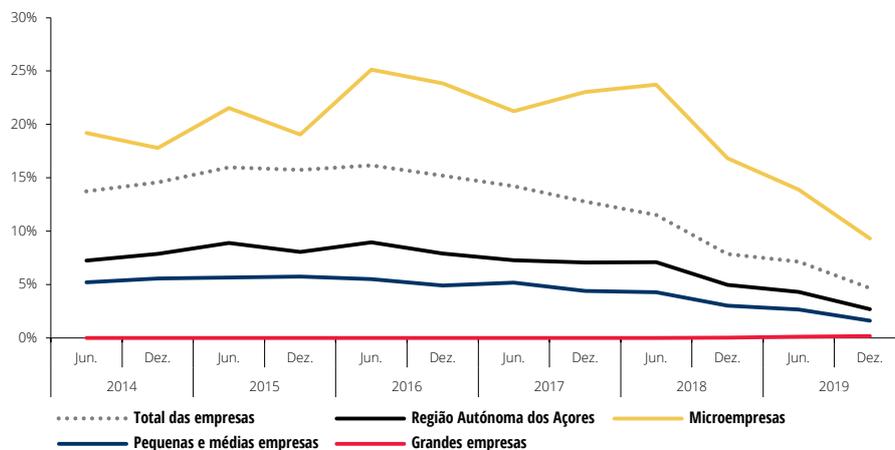
<sup>23</sup> Inclui, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

Por setores de atividade, verificou-se uma redução dos pesos dos empréstimos concedidos à construção (-6 pp) e ao comércio (-4 pp), em benefício dos restantes setores de atividade, em particular, dos outros serviços (aumento de 6 pp).

Entre o final de 2014 e o final de 2019, as empresas da Região Autónoma dos Açores apresentaram, sistematicamente, rácios de empréstimos vencidos<sup>24</sup> inferiores aos registados no total das empresas (Gráfico C3.2). No final de 2019, o rácio de empréstimos vencidos era de 2,7% (4,7% no total das empresas). Por comparação com o final de 2014, a parcela de empréstimos em incumprimento diminuiu 5,2 pp na região (9,9 pp no total das empresas).

Por classes de dimensão, as microempresas apresentaram o maior rácio de empréstimos vencidos da região em todo o período analisado, seguindo-se as pequenas e médias empresas. No final de 2019, o rácio de empréstimos vencidos das microempresas era de 9,3%, menos 8,5 pp do que no final de 2014. Já as pequenas e médias empresas apresentavam um rácio de empréstimos vencidos de 1,6%, valor inferior em 4 pp ao registado no final de 2014. As grandes empresas apresentavam um valor residual para este indicador.

**Gráfico C3.2 • Rácio de empréstimos vencidos | Por classes de dimensão (% do total, valores em fim de período)**



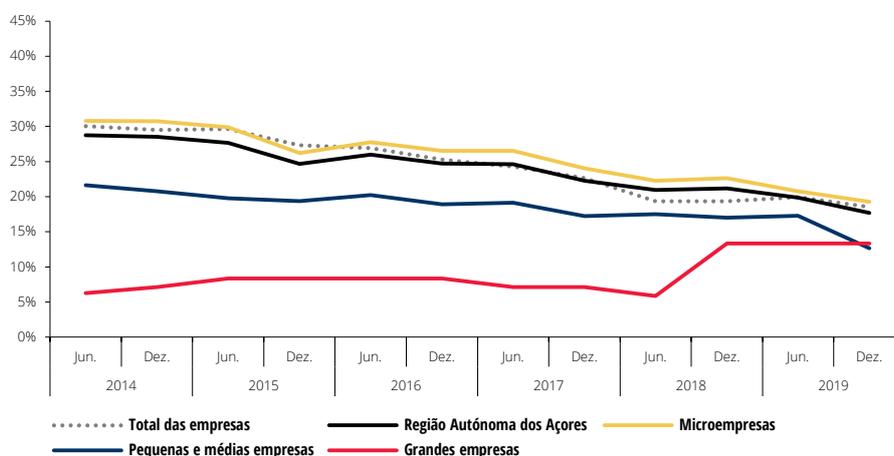
<sup>24</sup> Para o rácio de empréstimos vencidos é utilizada a informação da Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal sobre empréstimos concedidos pelo sistema bancário residente, sendo calculada a proporção dos montantes de empréstimos vencidos no total de empréstimos obtidos. Os empréstimos consideram-se vencidos quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de crédito podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de crédito registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, atendendo a que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa do crédito permanece, muitas vezes, registada como empréstimos vencidos, sendo progressivamente substituído por crédito abatido ao ativo. Para mais informações pode ser consultado o *Boletim Económico* de maio de 2015, disponível em [www.bportugal.pt](http://www.bportugal.pt).

Por setores de atividade económica, no final de 2019, o setor da construção continuava a registar o rácio de empréstimos vencidos mais elevado (17,0%), ainda que o valor deste rácio tenha diminuído face ao final de 2014 (7,4 pp). Seguiu-se o comércio (4,1%). A eletricidade e água continuava a apresentar o rácio de empréstimos vencidos mais baixo (0,1%). Face ao final de 2017, são de destacar as reduções na construção (7,4 pp) e no comércio (7,2 pp).

No final de 2019, a percentagem de empresas com empréstimos vencidos era de 17,7% (18,5% no total das empresas) (Gráfico C3.3). Entre o final de 2014 e o final de 2019, essa percentagem diminuiu 10,8 pp (11,0 pp no total das empresas).

Na Região Autónoma dos Açores, no final de 2019, as microempresas registavam a maior percentagem de devedores com empréstimos vencidos (19,3%), não obstante terem apresentado a maior redução face a 2014 (11,4 pp). Seguiam-se as grandes empresas (13,3%), com um aumento em 6 pp face a 2014 (devido, em grande parte, ao reduzido número de grandes empresas na região), e as pequenas e médias empresas (12,7%), com uma redução de 8 pp.

**Gráfico C3.3 • Percentagem de devedores com empréstimos vencidos (valores em fim de período)**

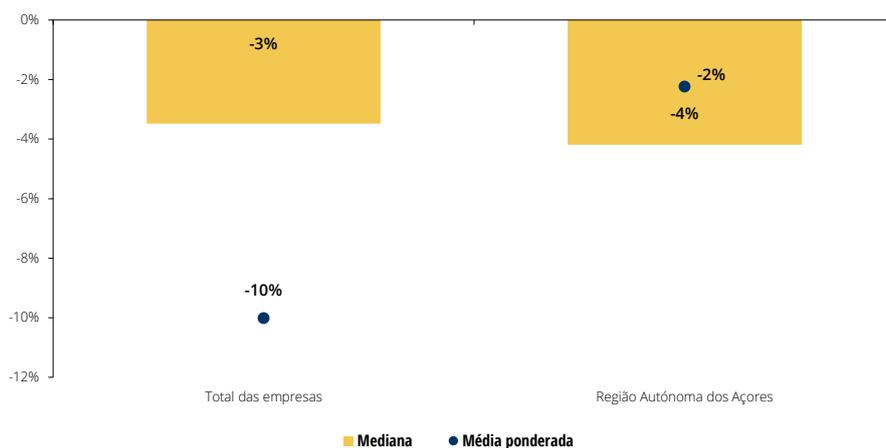


### 3.2.3 Gastos de financiamento e solvabilidade

Em 2018, os gastos de financiamento<sup>25</sup> das empresas da Região Autónoma dos Açores diminuíram, em média, 2% em relação a 2017, redução menos significativa do que a registada no total das empresas (10%) (Gráfico I.3.12). Os gastos de financiamento das empresas da região apresentaram reduções sucessivas no período analisado, tendo diminuído 35% entre 2014 e 2018 (32% no total das empresas).

<sup>25</sup> O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

**Gráfico I.3.12 • Gastos de financiamento | Média ponderada e mediana da taxa de crescimento anual (2018)**



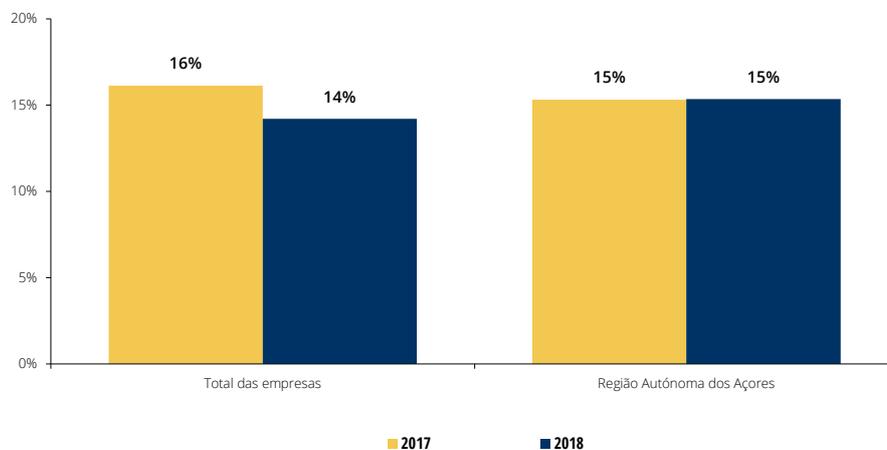
Em 2018, a redução dos gastos de financiamento, em termos agregados, foi acompanhada pelas variações registadas pela maior parte das empresas da região: metade das empresas apresentou uma redução igual ou superior a 4% (mediana de -3%, no total das empresas).

Por classes de dimensão, as grandes empresas verificaram um aumento dos respetivos gastos de financiamento (10%), subida que contrasta com as diminuições registadas pelas restantes classes de dimensão (-4% nas microempresas e -8% nas pequenas e médias empresas).

Por setores de atividade económica, os gastos de financiamento diminuíram, de forma mais acentuada, no setor da construção (-28%), e aumentaram 13% no setor da eletricidade e água.

Na Região Autónoma dos Açores, em virtude da redução simultânea dos gastos de financiamento e do EBITDA, o rácio de pressão financeira das empresas manteve-se, entre 2017 e 2018, em 15% (Gráfico I.3.13). Devido à redução da pressão financeira observada no total das empresas, a pressão financeira na região foi, em 2018, superior à observada para o conjunto das empresas nacionais pela primeira vez desde 2015.

**Gráfico I.3.13 • Peso dos gastos de financiamento no EBITDA**



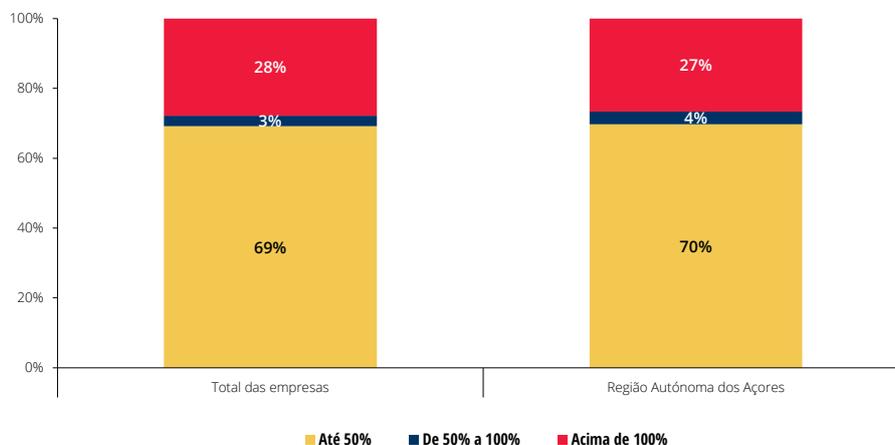
Em 2018, o efeito intrínseco contribuiu no sentido das empresas da Região Autónoma dos Açores registarem uma menor pressão financeira agregada face à da totalidade do território nacional. Esse contributo foi, no entanto, mais do que compensado pelo contributo positivo do efeito de composição, indiciando que a pressão financeira marginalmente superior desta região, face ao registado no total das empresas, resultou de uma estrutura empresarial em que setores com maiores níveis de pressão financeira eram mais relevantes.

Por setores de atividade económica, a construção registou a maior redução da respetiva pressão financeira (-55 pp, para 24%), apresentando, ainda assim, o segundo valor mais elevado para este indicador, apenas suplantado pelos outros serviços (26%). A eletricidade e água registou o nível mais baixo de pressão financeira na região (7%).

Por classes de dimensão, apenas as grandes empresas registaram um aumento da pressão financeira em 2018 (12 pp, para 35%). A pressão financeira diminuiu 2 pp nas pequenas e médias empresas, para 12%, e 1 pp nas microempresas, para 14%.

No mesmo ano, 27% das empresas da Região Autónoma dos Açores não geraram EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento (28% no total das empresas) (Gráfico I.3.14). Entre 2014 e 2018, esta parcela diminuiu 13 pp na região, redução superior à registada no total das empresas (8 pp).

**Gráfico I.3.14 • Pressão financeira | Distribuição das empresas por classes (2018)**



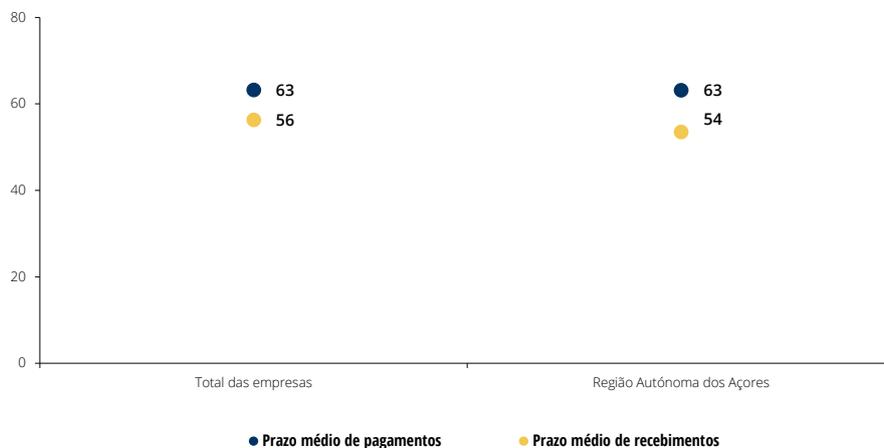
Em 2018, na Região Autónoma dos Açores, a percentagem de empresas que não geravam EBITDA suficiente para cobrir os gastos de financiamento decrescia com a dimensão: 30% nas microempresas, 13% nas pequenas e médias empresas e 7% nas grandes empresas. Por setores de atividade económica, a construção era o setor que apresentava maior percentagem de empresas nesta situação (29%), seguindo-se os outros serviços (28%).

### 3.2.4 Financiamento por dívida comercial

Em 2018, o financiamento por créditos comerciais representava 17% do passivo das empresas da Região Autónoma dos Açores, uma percentagem similar à observada no total das empresas. O peso deste tipo de financiamento no passivo das empresas da região aumentou marginalmente entre 2014 e 2018.

O prazo médio de pagamentos das empresas desta região foi de 63 dias em 2018, em termos agregados, valor similar ao observado para o total das empresas (Gráfico I.3.15). O prazo médio de recebimentos situou-se em 54 dias, inferior ao registado no total das empresas (56 dias).

**Gráfico I.3.15 • Prazos médios de pagamentos e de recebimentos | Em dias (2018)**



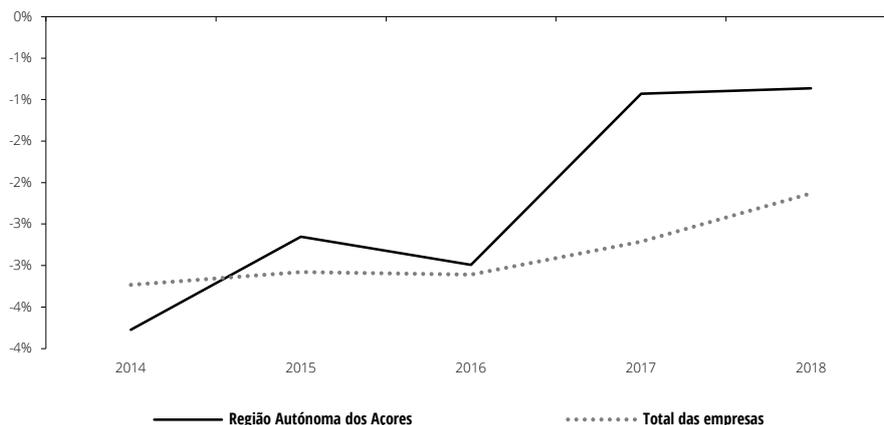
Entre 2014 e 2018, o prazo médio de recebimentos das empresas diminuiu 12 dias, decréscimo superior ao verificado no total das empresas (9 dias). O prazo médio de pagamentos reduziu 3 dias, por comparação com uma descida de 7 dias registada no total das empresas.

O indicador líquido de financiamento por dívida comercial<sup>26</sup>, que relaciona os saldos de fornecedores e de clientes com o volume de negócios, ajuda a compreender a forma como as empresas utilizam este meio de financiamento.

Em 2018, o saldo entre as rubricas de fornecedores e de clientes das empresas da região, avaliado em termos líquidos, foi negativo, equivalente a 1% do volume de negócios (-2%, no total das empresas). Esta situação verificou-se, de forma estrutural, durante todo o período analisado (Gráfico I.3.16), indiciando que, em termos líquidos, os créditos comerciais não constituíam uma fonte de financiamento das empresas da região, mas antes uma aplicação destas no financiamento dos seus clientes. No período 2014-2018, a região apresentou, em regra, um financiamento líquido por dívida comercial marginalmente menos negativo do que o registado no total das empresas.

<sup>26</sup> O financiamento líquido por dívida comercial foi calculado pela diferença entre o saldo de fornecedores (líquido de adiantamentos) e o saldo de clientes (líquido de adiantamentos e ajustamentos). Um valor positivo implica que a empresa dispõe de um saldo de fornecedores superior ao saldo de clientes, ou seja, que a empresa está a obter financiamento através dos seus fornecedores. Um valor negativo deste indicador aponta a existência de um saldo de clientes superior ao de fornecedores, indicando que, globalmente, a empresa está a financiar os seus clientes.

**Gráfico I.3.16 • Financiamento líquido por dívida comercial | Em percentagem do volume de negócios**



Na Região Autónoma dos Açores, as grandes empresas apresentaram, em 2017 e 2018, valores positivos para o indicador líquido de financiamento por dívida comercial equivalentes, respetivamente, a 3% e 4% do volume de negócios. Estes valores eram superiores aos registados pelas microempresas (2% e 1% do volume de negócios, respetivamente). As pequenas e médias empresas da região observaram, em todo o período analisado, valores negativos para este indicador (-3% do respetivo volume de negócios, em 2018).

Por setores de atividade económica, em 2018, o financiamento líquido por dívida comercial na região era particularmente negativo na indústria (-8% do respetivo volume de negócios) e na construção (-7%), em contraponto com os valores positivos registados no comércio (2%) e nos outros serviços (1%).



---

## II Anexo

### 1 Síntese metodológica



# 1 Síntese metodológica

**Autonomia financeira:** Rácio entre os capitais próprios e o ativo total.

**Decomposição do diferencial das empresas da região face ao total das empresas:** O diferencial entre os valores agregados para o rácio da região analisada e o do total das empresas é decomposto no efeito de composição, isto é, decorrente da estrutura setorial da região, e no efeito intrínseco, isto é, associado às características das empresas da região. A metodologia de decomposição do diferencial adotada neste estudo segue a apresentada em Banco Central Europeu (2017).

**Dimensão da empresa:** As empresas foram agrupadas em três classes: micro, pequenas e médias, e grandes empresas. Para esta classificação foram utilizados os critérios da Recomendação da Comissão Europeia de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas. Segundo esta recomendação, são classificadas como microempresas as entidades com um número de pessoas ao serviço inferior a 10 e cujo volume de negócios anual ou balanço total anual não excede 2 milhões de euros. Para efeitos deste estudo, as pequenas e médias empresas não incluem as microempresas e caracterizam-se por apresentarem um número de pessoas ao serviço menor que 250 e um volume de negócios anual que não excede 50 milhões de euros, ou um balanço total anual que não excede 43 milhões de euros. São classificadas como grandes empresas as que não se enquadram nas condições anteriores.

**Distribuição por quartis:** Para se calcularem os quartis, colocam-se por ordem crescente os valores das empresas para o indicador em análise. O primeiro quartil corresponde à posição dos 25% da amostra ordenada (25% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 75% têm valor superior). O segundo quartil (ou mediana) corresponde à posição dos 50% da amostra ordenada, ou seja, metade das empresas observam um valor superior e metade um valor inferior. O terceiro quartil corresponde à posição dos 75% da amostra ordenada (75% das empresas têm valor inferior para aquele indicador e 25% têm valor superior). O intervalo interquartil (obtido pela diferença entre o terceiro quartil e o primeiro quartil) dá uma indicação da dispersão da distribuição. Para mais detalhe relativamente ao cálculo destas medidas estatísticas, pode ser consultada a publicação *Estudo da Central de Balanços n.º 36 – Quadros do setor e quadros da empresa e do setor*, fevereiro de 2019.

**Dívida remunerada:** A dívida remunerada corresponde ao conjunto de financiamentos remunerados obtidos pela empresa, designadamente, através da emissão de títulos de dívida, empréstimos junto de instituições de crédito e sociedades financeiras, financiamentos junto de empresas do grupo e outros financiamentos obtidos.

**EBITDA:** Resultado antes de juros, gastos de depreciação e amortização e impostos.

**Empréstimos vencidos:** Os empréstimos consideram-se vencidos quando se verifica a falta de pagamento das prestações da respetiva amortização relativamente às datas em que estava previsto que o mesmo ocorresse. Os clientes de empréstimos podem entrar em situação de incumprimento relativamente ao capital e/ou aos juros e outras despesas. Essa situação verifica-se relativamente ao capital, decorridos no máximo 30 dias após o seu vencimento sem que se tenha verificado a respetiva regularização; e, relativamente aos juros e outras despesas, a partir da data em que o pagamento deveria ter sido efetuado. Esta informação tem por base saldos de empréstimos registados nos balanços das instituições financeiras, os quais podem respeitar a empresas já extintas, considerando que, mesmo após o encerramento de uma empresa, a existência de ativos e de garantias pessoais permite que uma parte da dívida possa ainda ser amortizada. Após a cessação de atividade, uma parte significativa dos empréstimos permanece, muitas vezes, registada como empréstimos vencidos, sendo progressivamente substituído por empréstimos abati-dos ao ativo.

**Gastos da atividade operacional:** O agregado “gastos da atividade operacional” compreende o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), os fornecimentos e serviços externos (FSE) e os gastos com o pessoal.

**Gastos de financiamento:** O agregado “gastos de financiamento” compreende os juros suportados e outros gastos de financiamento.

**Índice de Theil (normalizado):** Indicador sintético de especialização setorial de um agregado territorial ou região. O índice de Theil para cada região ( $T_r$ ) é dado por  $-\sum_{j=1}^J \left[ \frac{X_{rj}}{X_r} * \ln \left( \frac{X_{rj}}{X_r} \right) \right]$ , sendo  $X_{rj}$  o volume de negócios da atividade  $j$  na região  $r$  e  $X_r$  o volume de negócios total das atividades consideradas na mesma região. Varia entre 0, refletindo situações de máxima especialização, e  $\ln J$ , em situações de diversificação total. Ao ser efetuada a normalização deste indicador (considerando que o índice de Theil normalizado  $T'_r$  é dado por  $\frac{\ln J - T_r}{\ln J}$ ), a leitura do indicador inverte-se, passando este a variar entre 0 e 1 em situações de máxima diversificação e de máxima especialização, respetivamente.

**Localização geográfica:** A localização geográfica da empresa refere-se à região onde está situada a sede da empresa. Considera-se a desagregação do território de Portugal em sete regiões, de acordo com a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS-II): Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores.

**Margem líquida:** Rácio entre o resultado líquido do período e o total de rendimentos.

**Margem operacional:** Rácio entre o EBITDA e o total de rendimentos.

**Maturidade:** A maturidade das empresas corresponde à idade das empresas na data de referência da análise. Consideram-se quatro classes de maturidade: até 5 anos, de 6 a 10 anos (inclusive); de 11 a 20 anos (inclusive); e mais de 20 anos (maturidade na qual se incluem as empresas com 21 anos ou mais).

**Número de pessoas ao serviço:** Corresponde, para cada empresa, ao número médio de pessoas ao serviço durante os meses do ano em que a mesma esteve em atividade. São consideradas todas as pessoas que participaram na atividade das empresas, independentemente do seu vínculo.

**NUTS:** A Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos (NUTS – 2013), de acordo com o estabelecido no Regulamento da Comissão n.º 868/2014, de 8 de agosto de 2014, agrega hierarquicamente, de forma harmonizada, as estatísticas das várias regiões dos países.

**Outros passivos:** A classe “outros passivos” incorpora as dívidas ao Estado e outros entes públicos, a acionistas e sócios (não remuneradas), outros passivos correntes e outras contas a pagar.

**Pressão financeira:** Rácio entre os gastos de financiamento e o EBITDA.

**Rácio de empréstimos vencidos:** Rácio entre o montante de empréstimos vencidos e o total de empréstimos obtidos.

**Região Autónoma dos Açores:** Região definida de acordo com as NUTS II que contempla as ilhas do arquipélago dos Açores.

**Rendibilidade dos capitais próprios:** Rácio entre o resultado líquido do período e os capitais próprios.

**Rendimentos:** Corresponde ao “total de rendimentos líquidos”, obtido através da soma do volume de negócios, variações nos inventários de produção, trabalhos para a própria entidade, subsídios à exploração, outros rendimentos e ganhos e juros e outros rendimentos similares.

**Setor de atividade económica:** Foram excluídas desta análise, no que ao total das empresas diz respeito, as empresas classificadas nas Secções K – *Atividades Financeiras e de Seguros*, O – *Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória*, T – *Atividades das famílias empregadoras de pessoal doméstico e atividades de produção das famílias para uso próprio* e U – *Atividades dos organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais*, bem como na Subclasse 70100 – *Atividades das sedes sociais* da CAE-Rev.3.

**Sistema bancário residente:** Inclui, nomeadamente, bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

**Volume de negócios:** Valor das vendas e das prestações de serviços realizados pelas empresas durante o exercício económico (regra geral, correspondente ao ano civil).

# Siglas e acrónimos

CAE	Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
CMVM	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas
EBITDA	Resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (do inglês, <i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> )
ENI	Empresários em nome individual
FSE	Fornecimentos e serviços externos
IES	Informação Empresarial Simplificada
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITENF	Inquérito Trimestral às Empresas Não Financeiras
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
pp	Pontos percentuais
RLP	Resultado líquido do período
SEC 2010	Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 2010 (Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade)
SNF	Sociedades não financeiras

# Referências

Banco Central Europeu (2017), "Decomposition techniques for financial ratios of European non-financial listed groups", *Statistics Paper Series*, n.º 21, maio de 2017.

<https://www.ecb.europa.eu/pub/pdf/scpsps/ecb.sps.21.en.pdf?7987429d9f97a422b02d19666f69ef7c>

Banco de Portugal (2008), "Reporte simplificado: incorporação da Informação Empresarial Simplificada nas Estatísticas das Empresas Não Financeiras da Central de Balanços", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 1/2008, maio de 2008.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-1-2008.pdf>

Banco de Portugal (2013), "Estatísticas das Empresas não Financeiras da Central de Balanços – Notas metodológicas", *Suplemento ao Boletim Estatístico*, 2/2013, outubro de 2013.

<https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/suplemento-2-2013.pdf>

Banco de Portugal (2015), "Central de Responsabilidades de Crédito", *Cadernos do Banco de Portugal*, n.º 5, abril de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5\\_central\\_responsabilidades\\_de\\_credito.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/5_central_responsabilidades_de_credito.pdf)

Banco de Portugal (2015), *Boletim Económico*, maio de 2015.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol\\_econ\\_maio2015\\_p.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/bol_econ_maio2015_p.pdf)

Banco de Portugal (2018), "Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 31, abril de 2018.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_31\\_2018.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_31_2018.pdf)

Banco de Portugal (2019), "Quadros do setor e quadros da empresa e do setor", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 36, fevereiro de 2019.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo\\_36\\_CB\\_2019.html](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/flexpapers/1516720/Estudo_36_CB_2019.html)

Banco de Portugal (2019), "Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018", *Estudos da Central de Balanços*, n.º 40, dezembro de 2019.

[https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos\\_da\\_cb\\_40\\_2019.pdf](https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/pdf-boletim/estudos_da_cb_40_2019.pdf)

Brandão, Elísio (2003), *Finanças*, Porto Editora, setembro 2003.

Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro, relativo à definição da Classificação Portuguesa de Atividades Económicas, Revisão 3 (CAE-Rev.3).

Recomendação da Comissão Europeia, de 6 de maio de 2003, relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (2003/361/CE).

Regulamento (CE) n.º 1893/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 2006, relativo à uniformização da classificação de atividades económicas na União Europeia.

Regulamento (UE) n.º 549/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, relativo ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais na Comunidade.

Regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014, relativo à Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos.

Ross, Stephen A.; Westerfield, Randolph W.; Jaffe, Jeffrey F. (2010), *Corporate Finance*, ninth edition, McGraw-Hill / Irwin.

# Estudos da Central de Balanços

- 1 | Quadros da empresa e do setor, novembro 2010
- 2 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal, dezembro 2010
- 3 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal, setembro 2011
- 4 | Análise setorial das indústrias alimentares, novembro 2011
- 5 | Análise setorial do alojamento, restauração e similares, novembro 2011
- 6 | Novos quadros da empresa e do setor: adaptação ao sistema de normalização contabilística, dezembro 2011
- 7 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010/2011, abril 2012
- 8 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011/2012, novembro 2012
- 9 | Análise setorial da indústria dos têxteis e vestuário, novembro 2012
- 10 | Análise setorial da indústria do calçado, novembro 2012
- 11 | Análise do setor agrícola, dezembro 2012
- 12 | Estrutura e dinâmica das sociedades não financeiras em Portugal 2006-2012, novembro 2013
- 13 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012/2013, novembro 2013
- 14 | Análise do setor automóvel, dezembro 2013
- 15 | Análise do setor da construção, janeiro 2014
- 16 | Análise do setor das atividades de informação e comunicação, abril 2014
- 17 | Análise do setor do turismo, outubro 2014
- 18 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2009-2014, novembro 2014
- 19 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor: série longa 1995-2013, novembro 2014
- 20 | Análise setorial da indústria metalomecânica, março 2015
- 21 | Análise das empresas do setor do mar, maio 2015
- 22 | Análise das empresas do setor exportador em Portugal, junho 2015
- 23 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2010-2015, novembro 2015
- 24 | Análise das empresas dos setores da madeira, da cortiça e do papel, janeiro 2016
- 25 | Análise das empresas do setor farmacêutico, julho 2016
- 26 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2011-2016, novembro 2016
- 27 | Análise das empresas da indústria das bebidas, janeiro 2017
- 28 | Análise das empresas do setor dos transportes, julho 2017
- 29 | Rendibilidade das empresas portuguesas e europeias 2006-2015, setembro 2017
- 30 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, dezembro 2017
- 31 | Análise regional das sociedades não financeiras em Portugal 2012-2016, abril 2018
- 32 | Análise das empresas integradas em grupos, junho 2018
- 33 | As indústrias transformadoras em Portugal 2012-2016, junho 2018
- 34 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2017, novembro 2018
- 35 | Análise do dinamismo empresarial em Portugal, fevereiro 2019
- 36 | Quadros do setor e quadros da empresa e do setor, fevereiro 2019
- 37 | Análise das empresas privadas prestadoras de cuidados de saúde, abril 2019
- 38 | Análise das empresas da região Norte, julho 2019
- 39 | Análise dos resultados consolidados dos grupos não financeiros em Portugal 2017, julho 2019
- 40 | Análise setorial das sociedades não financeiras em Portugal 2018, dezembro 2019
- 41 | Análise das empresas da Região Centro, janeiro 2020
- 42 | Análise das empresas privadas da educação, março 2020
- 43 | Análise das empresas da Área Metropolitana de Lisboa, abril 2020
- 44 | Análise das empresas da Região Autónoma dos Açores, agosto 2020

